



Governo do Distrito Federal  
Departamento de Trânsito do Distrito Federal

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060

DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

Regido pelas Leis nºs 14.133/2021 e Lei 8.248/1991, pelo Decreto nº 7.174/2010, pelas Leis Distritais nº 4.611/2011 e nº 4.770/2012, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos Distritais nº 44.330/2023, nº 32.598/2010, nº 4.611/2011 e 45.011/2023, bem como pela Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 e pelo Parecer nº 066/2024 - PGDF/PGCONS e, no que couber, pelas demais normas legais aplicáveis, assim como pelas disposições elencadas neste Edital e nos seus anexos.

OBJETO

Contratação de serviços continuados de impressão e digitalização, contemplando a disponibilidade de equipamentos multifuncionais, incluindo implantação, capacitação, manutenção, bilhetagem e fornecimento de insumos (exceto papel), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável por até 10 anos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e nos seus anexos. Os equipamentos fornecidos podem ser novos e de primeiro uso ou usados, obrigatoriamente voltados ao mercado corporativo.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME

INÍCIO DA SESSÃO DE  
DISPUTA DE PREÇOS:

Às 09:00 horas do dia 20/05/2026 (horário de Brasília/DF).

ENDEREÇO  
ELETRÔNICO:

[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

PROCESSO:

00055-00133309/2025-24

ESTIMATIVA:

R\$ 2.046.749,40 (dois milhões, quarenta e seis mil, setecentos e quarenta e nove reais e quarenta centavos)

TIPO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

CRITÉRIO  
JULGAMENTO:

DE

MENOR PREÇO GLOBAL

UASG:

926142

PREFERÊNCIA  
ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

LEGISLAÇÃO  
APLICÁVEL

- Lei nº 14.133/2021;
- Lei nº 5.061/2013 - proibição de mão de obra infantil;
- Lei nº 5.448/2015 - proibição de conteúdo discriminatório contra a mulher;
- Lei nº 6.128/2018 - reserva de vagas para pessoas em situação de rua;
- Lei Distrital nº 4.770/2012 - Sustentabilidade nas licitações do DF;
- Decreto nº 44.330/2023 - Recepciona a Lei nº 14.133/2021; e
- Decreto nº 11.462/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

ENDEREÇO: SEPS 713/913, Asa Sul, Bloco D, CEP 70.390-135.

EMAIL: [licitacao@detran.df.gov.br](mailto:licitacao@detran.df.gov.br)

PEDIDOS  
DE  
ESCLARECIMENTOS/  
IMPUGNAÇÕES

Até às 23h59 do dia 15/05/2026

**OBSERVAÇÃO:** O Edital estará disponível gratuitamente no site [www.detran.df.gov.br](http://www.detran.df.gov.br) (clicar em “Transparência Pública/Licitações/Pregão Eletrônico”) e no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Respostas a pedidos de esclarecimento ou de impugnações, bem como avisos de ordem geral, deverão ser consultadas no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), não ensejando, portanto, qualquer responsabilização ao Detran/DF por fatos oriundos da não realização de consultas por parte dos licitantes ao referido site. Todas as referências de horários neste Edital correspondem ao horário oficial de Brasília/DF.

Acompanhe as sessões públicas dos Pregões do DETRAN pelo endereço [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), selecionando no menu: Acesso à informação > Consulta Detalhada > (Pregões) Em Andamento > Cód. UASG (926142).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026

O DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – DETRAN/DF, entidade autárquica de administração superior integrante do Sistema Nacional de Trânsito, excluída da obrigatoriedade de adoção do regime de centralização das licitações de compras, obras e serviços de que trata a Lei nº 2.340/99, pelo Decreto 32.227/2010, por meio de seu Pregoeiro, servidor designado pela Portaria nº 273, p. 41, do DODF nº 198, de 16/10/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que, às 9h do dia 20/05/2026 (horário de Brasília), realizará sessão pública de abertura de licitação, modalidade PREGÃO, em sua forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 44.330/2023, bem como das demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e no Termo de referência.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços continuados de impressão e digitalização, contemplando a disponibilidade de equipamentos multifuncionais, incluindo implantação,

capacitação, manutenção, bilhetagem e fornecimento de insumos (exceto papel), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável por até 10 anos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e nos seus anexos. Os equipamentos fornecidos podem ser novos e de primeiro uso ou usados, obrigatoriamente voltados ao mercado corporativo.

1.2. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no sistema *ComprasGov* e as constantes deste Edital, prevalecerão estas últimas.

LOTE ÚNICO						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	TOTAL ESTIMADO(R\$)
1	26778	Multifuncional laser/LED policromática (A4)	UNIDADE	40	190,000	7.600,000
2	26743	Multifuncional laser/LED monocromática (A4)	UNIDADE	160	91,960	14.713,600
3	26808	Multifuncional laser/LED color (A3)	UNIDADE	5	518,110	2.590,550
4	26816	Impressões monocromáticas (A4)	UNIDADE	495.000	0,050	24.750,000
5	26859	Impressões policromáticas (A4)	UNIDADE	19.600	0,200	3.920,000
6	26832	Impressões monocromáticas (A3)	UNIDADE	8.000	0,200	1.600,000
7	26875	Impressões policromáticas (A3)	UNIDADE	4.000	0,420	1.680,000
<b>Total Mensal</b>						<b>R\$ 56.854,150</b>
<b>Total 36 meses</b>						<b>R\$ 2.046.749,400</b>

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Não poderão disputar esta licitação:

2.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.5.2. autor do anteprojeto, do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do termo de referência, do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.7. que se encontrem em processo de dissolução, liquidação ou falência.

2.5.7.1. Só será permitida a participação de empresas em recuperação judicial e extrajudicial se comprovada, respectivamente, a aprovação ou a homologação do plano de recuperação pelo juízo competente, bem como a aptidão econômica e financeira da empresa para o certame.

2.5.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.5.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.5.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.5.12. Proprietário, Controlador, Administrador, Gerente ou Diretor de Pessoa Jurídica, independente das denominações adotadas e do nível quantitativo ou qualitativo de participação do capital ou patrimônio (Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019);

2.5.13. Executores de contratos que trabalhem ou tenham trabalhado nos últimos cinco anos como sócios, administradores ou não, ou responsáveis pelas entidades contratadas (Decreto nº 39.860/2019);

2.5.14. Agente Público licenciado ou afastado por qualquer motivo e a qualquer título (Decreto nº 39.860/2019);

2.5.15. Empresas ou empresários que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital;

2.5.16. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum (Parecer nº 314/2016 e 82/2016 PRCON/PGDF);

- 2.5.17. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção, seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de (alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016);
- 2.5.18. agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016); ou
- 2.5.19. agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação (Inciso alterado pelo(a) Decreto nº 37.843/2016).
- 2.6. A vedação de que trata o item 2.5.18. aplica-se aos contratos pertinentes a obras, serviços e aquisição de bens, inclusive de serviços terceirizados, às parcerias com organizações da sociedade civil e à celebração de instrumentos de ajuste congêneres.
- 2.7. A vedação estende-se às uniões homoafetivas (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 32.751/2011).
- 2.8. Não poderão participar para os mesmo(s) item(ns) do certame, pessoas jurídicas que tenham sócios em comum ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias umas das outras.
- 2.9. O impedimento de que trata o subitem 2.5.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 2.5.2 e 2.5.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 2.12. O disposto nos itens 2.5.2 2.5.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.13. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).
- 2.14. A vedação de que trata o subitem 2.5.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no item 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.
- 3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.5.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 3.6. A falsidade da declaração de que trata o item 3.4. ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133/2021](#) e neste Edital.
- 3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 3.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.
- 3.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 3.10. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O Licitante deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 4.1.1. **Valor unitário e total** para cada item ou grupo de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;
- 4.1.2. **Marca, modelo e fabricante** de cada item ofertado (quando for o caso);
- 4.1.3. **Descrição detalhada do objeto** indicando, no que for aplicável, o prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.
- 4.2. **Caso haja divergência entre a especificação constante no sistema ComprasGov e no Termo de Referência, prevalecerá este último.**
- 4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.4. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 1º, inciso XV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Distrito Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data e no horário indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
- 5.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 5.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 5.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.7. ***O lance deverá ser ofertado considerando-se o valor global do lote/ítem.***
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00 (um mil reais)
- 5.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.10. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, informado na capa deste Edital.
- 5.13. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.13.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico uti lizado para divulgação.
- 5.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133/2021](#), nesta ordem:
- 5.21.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 5.21.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 5.21.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 5.21.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 5.22. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 5.22.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

- 5.22.2. Empresas brasileiras;
- 5.22.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 5.22.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 5.22.5. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.22.6. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.22.7. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.22.8. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.22.9. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, **no prazo de 2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação, acompanhada da documentação de habilitação que não constar no SICAF e, se for o caso, de planilhas de custos detalhadas.
- 5.22.10. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 5.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 5.24. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado por igual período ou, verificando o Pregoeiro a complexidade dos documentos exigidos e do prazo necessário para obtê-los, por período **não superior a 24 (vinte e quatro) horas**.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

- 6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante, pessoa jurídica provisoriamente classificado em primeiro lugar, atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) **SICAF;**
  - b) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis));**
  - c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));**
  - d) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP); e**
  - e) **Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).**
- 6.2. As consultas mencionadas nas alíneas b), c), d) e e) acima poderão ser substituídas pela consulta consolidada do Tribunal de Contas da União (TCU).
- 6.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [art. 12 da Lei nº 8.429/1992](#).
- 6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 6.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 6.5.1. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
  - 6.5.2. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 6.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o edital (não se aplica).
- 6.8. O pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos [arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.9. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 6.9.1. Contiver vícios insanáveis;
  - 6.9.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 6.9.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 6.9.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 6.9.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou de seus anexos, desde que insanável.
- 6.10. No caso de bens e serviços em geral, é indicio de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.11. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:
- 6.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 6.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.12. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 6.15. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
- 6.15.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 6.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 6.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 6.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 6.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo



segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

## 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.1.2. O licitante cuja habilitação parcial no SICAF acusar, no demonstrativo “Consulta Situação do Fornecedor”, algum documento com validade vencida, deverá encaminhar o respectivo documento a fim de comprovar a sua regularidade.

7.1.3. Para fins de habilitação, não serão aceitos protocolos, tampouco documentos com prazo de validade vencido.

7.1.4. Considerando o art. 156, inc. III, da Lei nº 14.133/2021, será realizada prévia pesquisa junto ao Portal Oficial do Tribunal de Contas da União (consulta consolidada de Pessoa Jurídica) para aferir se existe algum registro impeditivo ao direito de participar de licitações ou celebrar contratos com o Ente sancionador (Parecer nº 087/2020 PRCON/PGDF).

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por arquivo de mídia em PDF.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, inc. I, da Lei nº 14.133/2021).

7.8. Efetuada a verificação a que se refere o item 7.7, a habilitação dos licitantes será realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.9. Proposta em conformidade com o Anexo IV do Termo de Referência;

7.10. **Declarações enviadas por meio do sistema Compras governamentais:**

7.10.1. Declaração, sob as penas da lei, afirmando a inexistência de fato impeditivo da habilitação, contendo o compromisso de comunicar eventual superveniência de fato dessa natureza.

7.10.2. Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

7.10.3. Declaração de Elaboração Independente de Proposta.

7.10.4. Declaração de acessibilidade, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 1991.

7.10.5. Declaração de que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

7.11. **Declarações enviadas juntamente com a documentação de habilitação:**

7.11.1. **Declaração para os fins de atender ao Decreto nº 39.860/2019 (Modelo 1 do Anexo B do Edital);**

7.11.2. **Declaração de que atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770/2012 (Modelo 2 do Anexo B do Edital);**

7.11.3. **Declaração para atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018 (Modelo 3 do Anexo B do Edital);**

7.11.4. **Declaração para atendimento ao disposto no art. 429 da CLT (Modelo 4 do Anexo B do Edital);**

7.11.5. **Declaração para atendimento ao disposto no inciso vi do art. 68 da Lei nº 14.133/21 (Modelo 5 do Anexo B do Edital);**

7.11.6. **Declaração de que atende ao disposto na Lei Distrital nº 4.799/2012 (Modelo 6 do Anexo B do Edital); e**

7.11.7. **Declaração de que atende ao disposto na Lei Distrital nº 6.128/2018, excetuando-se as empresas mencionadas na Lei federal nº 7.102/1983 (Modelo 7 do Anexo B do Edital).**

7.12. Será verificado se o licitante assinalou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.13. Será verificado se o licitante assinalou, no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.14. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.15. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.15.1. **As empresas licitantes que não sejam do Distrito Federal** deverão apresentar a certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida no [site www.fazenda.df.gov.br](http://site.wwf.fazenda.df.gov.br).

7.15.2. Em caso de constar alguma certidão vencida no SICAF, o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação poderá consultar os respectivos [sites](#) oficiais, a fim de obter a(s) certidão(ões) atualizada(s), desde que seja possível obtê-la(s) *on-line*, de modo imediato e não oneroso, devendo o Agente de Contratação comunicar ao licitante, via *chat*, para que atualize tais informações no SICAF.

7.16. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.17. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.18. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.19. A verificação, pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.20. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, **no prazo de até 02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro, podendo ser exigidos juntamente com a convocação para envio da proposta atualizada.

7.21. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante provisoriamente classificado em 1º lugar.

7.21.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

- 7.21.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 7.22. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 7.22.1. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 7.23. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 7.23.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- 7.23.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 7.24. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro ou a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.25. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.20.
- 7.26. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 7.27. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, conforme a Lei Distrital nº 4.611/2011.
- 7.28. **Qualificação Técnica**
- 7.28.1. A habilitação técnica deverá estar em conformidade com o item 8.8.7 do ANEXO A do Edital (Termo de Referência);
- 7.28.2. O pregoeiro suspenderá a sessão e solicitará manifestação da área demandante referente à documentação técnica;
- 7.28.3. Serão informados no *chat* data e horário de retorno para continuidade do certame.
- 7.29. **Habilitação Jurídica**
- 7.29.1. Cédula de identidade;
- 7.29.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 7.29.3. Procuração dos responsáveis por assinar a proposta ou, na falta desta, o contrato social da empresa;
- 7.29.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- 7.29.5. Prova de inscrição Estadual, Municipal ou do Distrito Federal; e
- 7.29.6. Reprodução autenticada do Registro comercial, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial e acompanhados do ato de Eleição dos Administradores, ato de eleição da diretoria em exercício e composição societária da empresa, conforme a natureza da atividade da licitante, visando comprovar a adequação da finalidade da licitante com o objeto da licitação, bem como o cumprimento do art. 14 e §§ da Lei nº 14.133/21, inclusive para aferição de cumprimento da vedação de nepotismo, quando for o caso.
- 7.30. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**
- 7.30.1. Todas as empresas licitantes, ainda que não sejam cadastradas no Distrito Federal, deverão apresentar a certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, em plena validade, para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do sítio eletrônico da Secretaria de Economia do Distrito Federal - <https://ww1.receita.fazenda.df.gov.br/cidadao/certidoes/Certidao>;
- 7.30.2. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho, conforme determina a Lei nº 12.440 de 2011;
- 7.30.3. a Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 7.30.4. a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.30.5. a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.30.6. a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- 7.30.7. a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- 7.30.8. o cumprimento do disposto no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 7.30.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.30.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.30.11. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.31. **Qualificação Econômico-Financeira**
- 7.31.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, **datada dos últimos 30 (trinta) dias**, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão, exceto no caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, quando deverá observar o 2.5.7.1) deste Edital. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.
- 7.31.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **2 (dois) últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, devidamente registrados, que comprovem a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 7.31.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a substituição do balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial.
- 7.31.4. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- 7.31.5. Os documentos referidos no subitem 3.5.7.1. limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída **há menos de 2 (dois) anos**.
- 7.31.6. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

7.31.7. Os licitantes que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) deverão comprovar patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

7.32. O licitante pessoa jurídica vencedora do certame, quando da assinatura do contrato, deverá **apresentar o PGR - programa de gerenciamento de riscos em vigor, assinado por profissional técnico devidamente habilitado, e implementar as medidas coletivas e individuais de proteção previstas no programa, conforme determinação do Ministério Público do Trabalho.**

## 8. DOS RECURSOS

- 8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133/2021](#).
- 8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, o que ocorrer primeiro.
- 8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
  - 8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
  - 8.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
  - 8.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
  - 8.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados somente na forma digital, no sistema SEI.

## 9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- 9.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 9.3. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.
- 9.4. A convocação dar-se-á por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

## 10. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 10.1. A adjudicação e a homologação da licitação é de responsabilidade exclusiva da autoridade competente, quando não houver recurso ou, havendo, após sua decisão final.
- 10.2. **O(s) licitante(s) declarado(s) vencedor(s) do certame deverá(ão) promover, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da homologação, o cadastro no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, junto à Gerência de Documentação - GERDOC/DETRAN-DF (gerdoc@detran.df.gov.br), que será a responsável pelo recebimento da documentação necessária e a posterior habilitação junto àquele sistema.**

## 11. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

- 11.1. A autoridade competente poderá revogar a licitação por motivos de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

## 12. DA CONTRATAÇÃO

- 12.1. A contratação será regida, especialmente, pelos itens constantes no **Anexo A deste Edital (Termo de Referência)**.

## 13. DA PROIBIÇÃO DE CONTEÚDO DISCRIMINATÓRIO CONTRA A MULHER E DE USO DE MÃO DE OBRA INFANTIL

- 13.1. Fica proibida a utilização de qualquer conteúdo discriminatório contra a mulher, nos termos da Lei nº 5.448/2015, regulamentada pelo Decreto Distrital nº 38.365/2017.
- 13.2. É proibido o uso de mão de obra infantil, sob qualquer pretexto, nos termos da Lei Distrital nº 5.061/2013, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de multa, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.
- 13.3. A empresa contratada deverá observar as práticas de prevenção e apuração de denúncias de assédio moral ou sexual de que trata o Decreto nº 46.174/2024.

## 14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
  - 14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
  - 14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:
    - 14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
    - 14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações deste Edital;



- 14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 14.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 14.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 14.1.5. fraudar a licitação;
- 14.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 14.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 14.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 14.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 14.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846/2013](#).
- 14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133/2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar; e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções, serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos subitens 14.1.1 a 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado;
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos subitens 14.1.4 a 14.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 14.1.1 a 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 14.1.4 a 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 14.1.1 a 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021](#).
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 14.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, § 4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022](#), e da Lei nº 14.133/2021.
- 14.10. A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 15. DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**
- 15.1. Conforme disposto na Lei nº 6.112/2018, alterada pela Lei nº 6.308/2019, e regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 40.388/2020, é obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2020, a implementação do Programa de Integridade em todas as pessoas jurídicas que celebrem contrato com a administração pública direta ou indireta do Distrito Federal em todas as esferas de poder. O adjudicatário após a assinatura do CONTRATO, terá o prazo de 10 dias para implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica.
- 15.1.1. Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa CONTRATADA, não cabendo ao órgão CONTRATANTE o seu ressarcimento.
- 15.1.2. Em caso de descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa CONTRATADA:
- 15.1.2.1. Multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do CONTRATO, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do CONTRATO;
- 15.1.2.1.1. O não cumprimento da obrigação implicará:
- 15.1.2.1.2. Inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;
- 15.1.2.1.3. Sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade CONTRATANTE;
- 15.1.2.1.4. Impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.
- 15.2. Caso a empresa possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.
- 15.3. A implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior ao que consta na tabela atualizada, publicada pelo Gabinete da Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF e, aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.
- 16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 16.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133/2021](#) ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.
- 16.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos somente serão analisados se apresentados tempestivamente e **acompanhados de identificação do impugnante/solicitante** e, no caso de pessoa jurídica, **acompanhados de documentação que comprove a capacidade legal de representar a empresa**.
- 16.3. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, **até o terceiro dia útil anterior** à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via *internet*, no e-mail [licitacao@detran.df.gov.br](mailto:licitacao@detran.df.gov.br), em **arquivo editável ou em texto no corpo do e-mail**, a fim de possibilitar a disponibilização do conteúdo no sistema Comprasgov.
- 16.3.1. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico do Comprasgov ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e vincularão os participantes e a Administração.
- 16.3.1.1. Em caso de impossibilidade de inserção no Comprasgov devido ao limite de caracteres ou outra limitação, a impugnação, pedido de esclarecimentos ou respostas serão disponibilizados em sua íntegra no *site* do Detran-DF ([www.detran.df.gov.br/licitacoes](http://www.detran.df.gov.br/licitacoes)), no *link* do respectivo pregão eletrônico, antes da abertura da sessão, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas.
- 16.3.2. O pregoeiro poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e de seus anexos.
- 16.3.3. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.
- 16.3.4. Na hipótese da impugnação ser rejeitada, ficarão mantidas as condições originalmente previstas neste edital.
- 16.3.5. As impugnações não suspendem os prazos previstos no certame.
- 16.3.6. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 16.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos entregues após às 18:00 horas serão recebidas às 8:00 horas do dia seguinte, exceto no caso do subitem seguinte.
- 16.5. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos **enviados após às 23h59 do último dia útil de prazo serão considerados intempestivos**.
- 16.6. Sempre que necessário, com fins de auxiliar a compreensão do Edital, o pregoeiro publicará avisos no sítio [www.compras.gov.br/compras](http://www.compras.gov.br/compras).
- 16.7. Modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

## 17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 17.2. É facultada ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente no ato da sessão pública.
- 17.3. Fica assegurado ao Detran/DF o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.
- 17.4. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e/ou amostras (quando exigido) e o Detran/DF não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 17.5. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 17.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidade.
- 17.7. Ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.
- 17.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Detran/DF, quando for o caso.
- 17.9. Para os documentos de habilitação que não apresentarem expressamente o prazo de validade, será considerado o prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos da data de sua emissão, exceto se houver legislação em contrário.
- 17.10. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de pregão.
- 17.11. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 17.12. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto licitado.
- 17.13. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 17.14. Caso considere necessário, o pregoeiro suspenderá a sessão e solicitará parecer à área demandante referente à proposta de preço e/ou documentação.
- 17.15. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
- 17.16. Por motivo justificado, solicitado via *chat*, e acatado pelo pregoeiro e equipe de apoio, a proposta de preço e os documentos de habilitação poderão ser encaminhados via e-mail: [licitacao@detran.df.gov.br](mailto:licitacao@detran.df.gov.br), devendo, nesse caso, ser disponibilizada em sua íntegra no *site* oficial do Detran/DF.
- 17.17. O Edital e os seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico [www.compras.gov.br/compras](http://www.compras.gov.br/compras), bem como no *site* oficial do Detran/DF ([www.detran.df.gov.br/licitacoes](http://www.detran.df.gov.br/licitacoes)).
- 17.18. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:
- 17.18.1. ANEXO A - TERMO DE REFERÊNCIA
- 17.18.1.1. ANEXO I TERMO DE CIÊNCIA;
- 17.18.1.2. ANEXO II - ATESTADO DE VISTORIA;
- 17.18.1.3. ANEXO III - ATESTADO DE ABSTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA;
- 17.18.1.4. ANEXO IV - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA;
- 17.18.1.5. ANEXO V - ANEXO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CORPORATIVO; e
- 17.18.1.6. ANEXO VI - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO, MANUTENÇÃO DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
- 17.18.2. ANEXO B - MODELOS DE DECLARAÇÕES.
- 17.18.3. ANEXO C - TABELA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL
- 17.18.4. ANEXO D - MINUTA DE CONTRATO
- 17.19. Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800.644.9060.
- 17.20. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Brasília, com exclusão de qualquer outro.

Brasília/DF, 05 de maio 2026.

**ANEXO A (do Edital)**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

Termo de Referência de Contratação de TIC - Serviços (IN 94/2022) N° 201425361/2026 - DETRAN/DG/DIRTEC/COSIN/GESOS	Brasília-DF, 28 de abril de 2026.
--	-----------------------------------

**1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1. Do objeto**

O presente Termo de Referência tem por objeto Contratação de serviços continuados de impressão e digitalização, contemplando a disponibilidade equipamentos multifuncionais, incluindo implantação, capacitação, manutenção, bilhetagem e fornecimento de insumos (exceto papel), pelo período de 36 (trinta e seis) meses, prorrogável por até 10 anos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas na legislação e nos documentos que instruem a contratação. Os equipamentos fornecidos podem ser novos e de primeiro uso ou usados, obrigatoriamente voltados ao mercado corporativo.

A solução é classificada como serviço contínuo, essencial e de natureza crítica, sendo indispensável para o funcionamento ininterrupto das unidades do DETRAN/DF e para a execução de suas atividades finalísticas, notadamente aquelas relacionadas ao atendimento ao cidadão, emissão de documentos, processos administrativos e atividades operacionais, para atender as demandas do Departamento de Trânsito do Distrito Federal (DETRAN/DF), conforme as condições constantes neste Termo e seus Anexos.

**1.2. Da natureza da contratação**

- 1.2.1. Os serviços da pretensa contratação são de qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, conforme art. 20 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e art. 73 do Decreto Distrital n.º 44.330, 16 de março de 2023, não se enquadrando como serviços de luxo.

**1.3. Identificação por CATSER**

A Portaria SGD/MGI n° 370, de 8 de março de 2023, que institui o Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão, no âmbito dos órgãos e das entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF do Poder Executivo Federal define que o Termo de Referência, elaborado pela equipe de planejamento da contratação, devem ter os códigos de Catser para cada item da contratação que será em lote único. Assim, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar (ETP), são os seguintes:

1. Item: 26875 Descrição: Outsourcing de impressão - locação páginas impressas a3 policromática sem papel Unidade: Página Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
2. Item: 26859 Descrição: Outsourcing de impressão - locação páginas impressas a4 policromática sem papel Unidade: Página Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
3. Item: 26832 Descrição: Outsourcing de impressão - locação páginas impressas a3 monocromática sem papel Unidade: Página Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
4. Item: 26816 Descrição: Outsourcing de impressão - locação páginas impressas a4 sem papel Unidade: Página Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
5. Item: 26808 Descrição: Outsourcing de impressão - locação de equipamento - policromático a3 Unidade: Unidade Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
6. Item: 26778 Descrição: Outsourcing de impressão - locação de equipamento - policromático a4 - de 26 a 40 ppm Unidade: Unidade Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40
7. Item: 26743 Descrição: Outsourcing de impressão - locação de equipamento - monocromático a4 de 31 a 45 ppm Unidade: Unidade Natureza Despesa: 339040/16 | 339140/16 | 339092/40

**LOTE ÚNICO**

ITEM	CATSER	Tipo de Equipamento	Especificação	Quantidade
1	26778	Multifuncional	Color laser/LED A4 40 ppm	40
2	26743	Multifuncional	Monocromático laser/LED 40 ppm	160
3	26808	Multifuncional	Color laser/LED A3 30 ppm	5
4	26816	Impressões monocromáticas	A4	495.000/mês
5	26859	Impressões policromáticas	A4	19.600/mês
6	26832	Impressões monocromáticas	A3	8.000/mês
7	26875	Impressões policromáticas	A3	4.000/mês

**1.4. Da vigência do contrato**

- 1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 36 meses, contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei

1.4.1.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a essencialidade de sua prestação, inclusive os riscos de prejuízo a continuidade do serviço público caso haja sua interrupção.

1.4.1.2. Quanto a vigência plurianual (3 anos) é mais vantajosa considerando os motivos elencados no Estudo Técnico Preliminar, em especial a necessidade de investimento inicial da contratada, que deverá adquirir equipamentos e organizar toda logística de implantação da solução por sua conta, disponibilizá-lo para administração, sendo que quanto maior for o período garantido de amortização do investimento, mais condições a contratada terá de oferecer um custo maior. Porém o tempo contratual não pode ser muito longo, mais de três, considerando a possibilidade de fornecimento de equipamentos usados, permitindo a Administração, a conveniência ou não da renovação num período médio.

Por outro lado, O prazo de obsolescência (vida útil estimada) de equipamentos de informática em contratações públicas brasileiras varia geralmente entre 3 a 5 anos, dependendo do tipo de equipamento, intensidade de uso e, principalmente, da política de garantia e suporte do fabricante. Computadores, Notebooks e impressoras, geralmente são considerados obsoletos após 3 a 5 anos, muitas vezes coincidindo com o fim do período de garantia estendida ou suporte técnico.

Assim, a contratação por 36 meses permite a manutenção de equipamentos que não causem ociosidade ou prejudiquem o desempenho de atividades críticas por falhas ou lentidão, mantendo a atualidade do parque, com o melhor aproveitamento da contratação.

## 2. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC -

Em termos gerais, todos os requisitos dos itens contratados deverão ser entregues devidamente licenciados, instalados, configurados e plenamente operacionais, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE após a assinatura do contrato, a CONTRATADA, deverá cumprir integralmente os prazos de reposição de insumos, prestação de serviços de manutenção e substituição de equipamentos, independentemente de alegações de ocorrências alheias à sua vontade, devendo manter equipamentos de contingência para garantir a plena continuidade dos serviços, tanto em caráter global quanto individual por equipamento disponibilizado, deverão ser fornecidos todos os acessórios de hardware e software necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, incluindo cabos, licenças, conectores, interfaces, suportes, organizadores de cabos e demais componentes indispensáveis à instalação e operação, em plena conformidade com as especificações constantes neste documento e com as recomendações do fabricante, caso sejam necessárias licenças adicionais de software, elas deverão ser fornecidas sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.

### Garantia

- Deverá ser prestada garantia integral on-site, com fornecimento de serviços técnicos e reposição de peças durante todo o período contratual, inclusive em caso de eventual prorrogação, contada a partir do recebimento definitivo dos equipamentos mediante emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.
- O regime de atendimento será de 10 (dez) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana, com registro de chamados no horário das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, excetuados os feriados.
- deverão ser cumpridos os prazos definidos, inclusive, respeitando os critérios de criticidade descritos em título próprio.

### Restrições

- As unidades de armazenamento (SSDs), quando defeituosas e substituídas, não poderão ser retiradas das dependências do CONTRATANTE, por razões de segurança da informação e sigilo dos dados, bem como para eventual recuperação futura das informações por empresa especializada.
- Requisitos Básicos para Execução dos Serviços

### Localização dos atendimentos

- A CONTRATADA deverá prestar atendimento a todas as unidades do Departamento de Trânsito distribuídas no âmbito do Distrito Federal, conforme a distribuição geográfica a seguir, apresentada de forma estimada para fins de referência na formulação da proposta:
  - Unidades localizadas até 10 km do Centro de Brasília: aproximadamente 40%
  - Unidades localizadas entre 15 km e 30 km do Centro de Brasília: aproximadamente 45%
  - Unidades localizadas entre 30 km e 40 km do Centro de Brasília: aproximadamente 15%

Ressalta-se que a distribuição acima possui caráter meramente estimativo e serve exclusivamente como parâmetro orientativo para a elaboração da proposta comercial, podendo haver inclusão ou supressão de postos de atendimento durante a vigência contratual, sem que disso decorra direito à recomposição econômica.

### Prazos para Atendimento

- A manutenção preventiva deverá ser realizada conforme o manual técnico de cada equipamento.
- O fornecimento e a substituição de insumos deverão ser realizados de forma proativa pela CONTRATADA, que deverá monitorar continuamente os níveis de suprimentos e proceder à reposição independentemente de abertura de chamados ou intervenção dos usuários.
- Os prazos de atendimento deverão ser observados de acordo com a criticidade dos serviços para o CONTRATANTE, conforme classificação a seguir:
  - Criticidade 1
    - Unidades de atendimento ao cidadão externo e unidades de gestão superior (Direção-Geral e Diretorias)
      - Reposição de insumos: atendimento e solução em até 4 horas úteis
      - Manutenção corretiva ou substituição de equipamento: atendimento em até 4 horas úteis e solução em até 8 horas úteis após o atendimento
  - Criticidade 2
    - Unidades de atendimento ao público interno e unidades de gestão administrativa (Gerências)
      - Reposição de insumos: atendimento e solução em até 4 horas úteis
      - Manutenção corretiva ou substituição de equipamento: atendimento em até 4 horas úteis e solução em até 10 horas úteis após o atendimento
  - Criticidade 3
    - Demais unidades
      - Reposição de insumos: atendimento e solução em até 6 horas úteis
      - Manutenção corretiva ou substituição de equipamento: atendimento em até 8 horas úteis e solução em até 12 horas úteis após o atendimento

### Requisitos técnicos, operacionais e de fornecimento para atendimento às necessidades do Detran/DF

A definição das áreas de atendimento, de acordo com seus respectivos níveis de criticidade, será realizada pelo CONTRATANTE durante o período de estabilização contratual, observadas as diretrizes e os parâmetros estabelecidos na tabela de referência constante do Termo de Referência.

Os Acordos de Nível de Serviço (ANS) terão como base a legislação vigente, as condições contratuais e os limites técnicos, incluindo, especificamente, as regras relacionadas à reposição de insumos, com a previsão de percentual aceitável de ocorrências que possam excepcionalmente divergir da regra geral, mediante acompanhamento proativo por parte da CONTRATADA, sem necessidade de intervenção do CONTRATANTE.

É vedada a transferência de responsabilidade técnica à CONTRATANTE, bem como a solicitação de execução ou supervisão de procedimentos que possam comprometer a integridade física, lógica ou operacional dos equipamentos.

A CONTRATADA responderá integralmente por quaisquer danos, falhas ou perda de garantia decorrentes de execução inadequada de procedimentos técnicos.

As intervenções técnicas deverão ser realizadas observando-se os prazos contratuais e sem interrupção por prazos superiores aos períodos descritos, de acordo com o critério de criticidade.

#### **Requisitos Comuns a todos os Equipamentos**

- Todos os equipamentos fornecidos deverão atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos:
  - Os equipamentos deverão estar em condições perfeitas de funcionamento, compostos por hardware, software, firmware e todos os acessórios necessários à sua instalação, configuração e operação completa.
  - Os equipamentos deverão possuir recursos nativos de contabilização dos volumes de impressão e cópia por meio do próprio hardware, independentemente do software de gestão, possibilitando a validação dos quantitativos apresentados nos relatórios gerenciais.
  - As especificações técnicas deverão estar em estrita conformidade com o Termo de Referência e deverão ser comprovadas integralmente no momento da apresentação da proposta, sob pena de desclassificação.
  - Os equipamentos deverão estar devidamente identificados por meio de etiqueta afixada em local de fácil visualização, contendo, no mínimo: nome da empresa contratada, número do contrato, número de série do equipamento e contato para abertura de chamado técnico.
  - A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais de consumo, insumos (exceto papel) e acessórios necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, inclusive os destinados à adequação da instalação à rede elétrica do CONTRATANTE.
  - As impressoras multifuncionais que possuam recurso de digitalização deverão permanecer com o dispositivo de scanner plenamente habilitado.
  - O fornecimento de cabo USB ou qualquer outro acessório necessário à operação final do equipamento, quando este não estiver conectado à rede, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.
  - Para fins de aceitabilidade da especificação técnica de velocidade de impressão, será considerada válida a velocidade mínima em páginas por minuto (ppm) para papel A4 ou Carta, conforme norma ISO/IEC 24734:2014.
  - Para fins de aceitabilidade da especificação técnica de resolução de impressão, serão consideradas exclusivamente resoluções reais (dpi), não sendo admitidas resoluções interpoladas.
  - Para todos os modelos de equipamentos, admite-se a utilização de bandejas adicionais para atendimento à capacidade total mínima de folhas exigida.
  - A CONTRATADA deverá apresentar declaração formal de que, durante toda a vigência contratual, a assistência técnica, a manutenção e a eventual substituição dos equipamentos, inclusive a logística envolvida, serão de sua inteira responsabilidade, arcando com todos os custos diretos e indiretos.
  - A CONTRATADA deverá prestar, sem ônus adicional ao CONTRATANTE, manutenção preventiva e corretiva, registrando todas as ocorrências para fins de auditoria a qualquer tempo, conforme diretrizes técnicas do fabricante ou sempre que solicitado pelo CONTRATANTE, assegurando a supervisão geral dos equipamentos, a verificação das condições de funcionamento, a limpeza interna e a reposição de materiais de consumo, tais como toner, cilindro, revelador e demais insumos indispensáveis ao perfeito funcionamento.
  - O CONTRATANTE será responsável pela guarda e conservação dos equipamentos sob sua posse, respondendo pelo uso adequado em conformidade com as orientações técnicas.
  - O CONTRATANTE reserva-se o direito de glosar, nos pagamentos devidos à CONTRATADA, as cópias e impressões que apresentarem falhas decorrentes de mau funcionamento dos equipamentos, bem como aquelas utilizadas exclusivamente para testes após manutenções preventivas ou corretivas.
  - A instalação e a configuração de hardware e software dos equipamentos serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.
  - O CONTRATANTE será responsável pelo fornecimento da infraestrutura física, elétrica e de rede necessária à instalação e ao funcionamento seguro dos equipamentos, excetuados estabilizadores, autotransformadores e dispositivos de adequação elétrica, que serão fornecidos pela CONTRATADA quando necessários.
  - Os sistemas de gerenciamento, controle de cotas e bilhetagem deverão ser plenamente compatíveis com todos os equipamentos ofertados.
  - A CONTRATADA deverá fornecer transformadores, estabilizadores e adaptadores sempre que necessários à adequada instalação e operação dos equipamentos.
  - Solução de controle, auditoria e gestão de impressão
  - A CONTRATADA deverá fornecer, sem qualquer ônus adicional à CONTRATANTE, solução de gestão do ambiente de impressão por meio de portal web, compreendendo a gerência, o monitoramento e a auditoria dos processos de impressão, digitalização e cópia, compatível, no mínimo, com os sistemas operacionais Windows 8, Windows 10 ou versões superiores.
  - A CONTRATADA deverá realizar a configuração inicial da solução, assegurando acesso irrestrito à equipe designada pelo CONTRATANTE para o gerenciamento dos serviços.
  - A CONTRATADA deverá registrar no sistema de chamados do CONTRATANTE o acompanhamento e a solução de todos os atendimentos técnicos realizados.
  - Não serão aceitos equipamentos que tenham sido descontinuados pelo fabricante até a data de entrega e recebimento definitivo. Na hipótese de descontinuidade de modelo, deverá ser fornecido equipamento sucessor da mesma linha, preservando-se integralmente as características técnicas, funcionais e de desempenho originalmente ofertadas, conforme descrito nos artefatos que instruíram a contratação (Termo de Referência, Edital e pesquisa de mercado).
- A solução deverá permitir, no mínimo:
  - Verificação automatizada de contadores pelo CONTRATANTE, com processo automatizado de validação de faturamento.
  - Configuração e emissão de relatórios gerenciais avançados, com aplicação de filtros por grupo, usuário, equipamento, tipo de impressão, centro de custo, entre outros.
  - Registro, armazenamento e consolidação de contadores de uso por tipo e categoria de impressão.
  - Detecção automática dos equipamentos na rede, com identificação por número de série, fabricante, modelo e endereços IP e MAC.
  - Emissão de alertas automáticos referentes ao status de suprimentos, falhas técnicas e eventos operacionais.
  - Emissão de alertas e avisos aos usuários, incluindo controle e bloqueio por cotas.
  - Interface de uso e suporte em língua portuguesa.
  - Monitoramento em tempo real do nível de suprimentos e consumíveis.
  - Monitoramento do status básico e avançado dos equipamentos.
  - Coleta local ou centralizada dos contadores para fins de faturamento, conforme necessidade da CONTRATANTE.
  - Suporte a drivers de 32 e 64 bits.
  - Integração com soluções de Business Intelligence (BI) amplamente utilizadas no mercado.
  - Administração e gerenciamento centralizados, preferencialmente por interface web.
  - Configuração de centros de custo, tarifação, bilhetagem e cotas de impressão.
  - Configuração de custos diferenciados por cor, formato e modelo de equipamento.
  - Controle de cotas, liberação e bloqueio de impressões por políticas definidas.
  - Integração com Active Directory e LDAP, com autenticação via Single Sign-On.
  - Registro e rastreamento de logs de impressão por usuário, setor, grupo ou equipamento.
  - Suporte à impressão via USB, placas de rede e print servers.



- Suporte a múltiplas filas de impressão.
- Licenciamento integral da solução sob responsabilidade da CONTRATADA, sem custos adicionais.
- Adequação do licenciamento ao crescimento de usuários, sem interrupção dos serviços.
- Monitoramento e contabilização detalhada dos trabalhos de impressão.
- Preservação do histórico de contabilizações, independentemente de remanejamentos.
- Perfis distintos de usuários (usuário comum, gestor e perfil gerencial avançado).
- Projeções de consumo em tempo real para fins de racionalização preventiva

#### **Requisitos dos Suprimentos**

Durante toda a vigência contratual, os suprimentos fornecidos deverão ser novos, de primeiro uso, não remanufaturados, não reciclados, e compatíveis com os equipamentos ofertados, com origem vinculada ao fabricante dos respectivos equipamentos.

#### **Sistema de Bilhetagem**

Características gerais da solução de bilhetagem (requisitos mínimos)

1. Disponibilizar uma solução de gestão WEB, que permita a gestão de forma centralizada de todas as localidades, e que seja independente de infraestrutura do cliente e esteja disponível para acessar, independentemente do local de acesso.
2. Permitir a centralização automática de dados de vários locais e a geração de relatórios integrados com os dados de todos os locais
3. Interface e manuais em Português.
4. Permita atribuir permissões de acesso às informações, de acordo com o seu perfil hierárquico.
5. Estar integrada com a solução de monitoração de contadores, suprimentos e alertas, afim de dispor de uma única interface de gestão.
6. Possibilitar a integração de outras plataformas de fechamento, afim de realizar as consultas periódicas, e desassistida, para consumo dos dados capturados dos equipamentos.
7. Todos os dados trafegados pela solução deverão ser criptografados.
8. Deverá possibilitar a gestão, administração e operação disponível e acessível através de um portal Web com suporte à conexão segura de internet (HTTPS), de qualquer ponto dentro ou fora das dependências da CONTRATANTE
9. Disponibilizar uma solução que monitore os recursos de impressão, cópia e digitalização, e que possibilite entender quais os custos que estão sendo gerado no ambiente da CONTRATANTE, devendo apresentar estas informações em formato de relatório, que poderão ser gerados por demanda ou programados para envio.
10. Possuir recurso de filtros pré-definidos que facilite o acesso às informações, devendo minimamente dispor nos formatos: Por usuário, Por Departamento, por impressora;
11. As informações dos relatórios deverão possuir detalhamento nível a nível, sendo necessário um sumário, e aplicações de filtros que permitam identificar, as informações mais relevantes do consumo de impressão, e aos subníveis, devendo identificar:
  1. Usuário
  2. Impressora utilizada
  3. Quantitativo de páginas, devendo separar os trabalhos monocrômicos e coloridos
  4. Características do trabalho, como: modo de impressão duplex/simplex, tamanho do papel, custo, data e hora da impressão.
  5. Características do trabalho, tais como: modo de impressão (duplex ou simplex), tamanho do papel, custo, data e hora da impressão;
12. Possuir recurso de relatório dinâmico, afim de permitir personalizar os formatos de apresentação dos dados de contabilização.
13. Gerar cubo de dados (BI) para análise interativa via web, permitir a exportação de dados para análise;
14. A partir destes relatórios, a solução deverá disponibilizar relatórios com uso de gráficos que permita identificar quais top 10 usuários, impressoras, departamentos que mais consumiram os recursos de impressão, dentro do intervalo de tempo a ser consultado.
15. Permitir exportar os relatórios para análise, nos formatos: .PDF e/ou .XLS.
16. Gerar relatórios por centro de custo hierárquico, com diferentes perfis de usuário.
17. Permitir o envio diário das bilhetagens de impressão, cópia e digitalização de cada multifuncional do cliente, via webservice, para uma base de dados on-line, que poderá ser consultada em qualquer lugar através da internet, de forma segura;
18. A solução deverá monitorar equipamentos de rede e USB.
19. A contabilidade dos equipamentos de rede deverá ocorrer através diretamente do histórico de trabalhos dos equipamentos, afim de garantir a acuracidade da contabilização dos trabalhos de cópia e impressão
20. Exclusivamente, para os equipamentos USB, será permitido a instalação de módulos agentes nas estações dos usuários, afim de contabilizar os trabalhos de impressão.
21. Permitir a instalação e atualização transparentes para o usuário através de login script, instalando o módulo cliente apenas em estações que possuam impressoras locais.
22. Identificar de forma automática, o departamento de cada usuário.
23. Permitir a definição de custos de página impressa por impressora, diferenciando custos para impressão color e mono;
24. A solução deverá permitir a extração de dados por meios externos, utilizando uma estrutura de Web Services para comunicação com a solução de bilhetagem.
25. A CONTRATADA deverá implementar nos modelos de multifuncionais a funcionalidade de Impressão Retida por Senha.
26. Nos locais em que as Multifuncionais estiverem interligadas via rede, a Impressão retida por Senha deverá ser efetuada através de AD ou LDAP do CONTRATANTE.
27. Nos locais em que não for possível interligar as multifuncionais e impressoras em rede ou não existir AD ou LDAP implementado, a impressão deverá ser por funcionalidade de Impressão Segura com o cadastramento de senha.
28. Após o envio do documento para impressão, deverá ser permitida a retirada do documento impresso em qualquer equipamento de ilha de impressão, mediante autenticação do usuário.
29. Os trabalhos enviados ao servidor deverão permanecer disponíveis para impressão ou cancelamento por um período mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, ou seja, o usuário poderá a qualquer momento dentro deste período retirar ou cancelar suas impressões. Após este período os trabalhos deverão ser automaticamente excluídos da fila de impressão.
30. Permitir auto associação dos cartões de aproximação (RFID), caso os usuários não tenham seus códigos cadastrados.
31. Permitir Identificação automática do departamento associado a cada usuário;
32. Permitir a definição de custos por página impressa, por impressora, diferenciando valores para impressões monocromáticas e coloridas;
33. Após o envio do documento para impressão, permitir a liberação do trabalho em qualquer equipamento da ilha de impressão, mediante autenticação do usuário;
34. Estar integrada à solução de monitoramento de contadores, suprimentos e alertas, disponibilizando uma única interface de gestão;
35. Permitir a limitação de impressão por meio de cotas.

#### **Documentação Básica**

1. Deverá ser apresentado resumo executivo da aquisição com informação mínimas para uso do equipamento.
2. Deverá ser fornecido link para acesso a manual com descrição clara, precisa e simplificada para utilização pelos operadores da contratante do equipamento.
3. Não será exigido manual impresso de cada equipamento, considerando serão os técnicos da contratante que executarem serviços de manutenção dos equipamentos, inclusive, troca de insumos.
4. Padronização dos equipamentos
  - Todos os equipamentos fornecidos para cada ITEM deverão ser do mesmo modelo, de modo a garantir padronização operacional, facilidade de manutenção e racionalização do suporte técnico.
  - Os plotters poderão ser de marca distinta das impressoras e dos equipamentos multifuncionais, desde que atendam integralmente às especificações técnicas estabelecidas.

#### **Recursos de mobilidade e gestão**

- A solução deverá oferecer suporte à impressão por meio de plataformas móveis, compatíveis com os sistemas operacionais Android versão 10 ou superior e iOS versão 12 ou superior.

- Todos os equipamentos deverão possuir funcionalidade nativa de contabilização de páginas ou metragem de impressões ou cópias realizadas por meio do próprio hardware, possibilitando a conferência e validação dos relatórios gerados pelo sistema de gerenciamento de impressão.

#### **Infraestrutura elétrica**

- Quando necessário, deverão ser fornecidos transformadores, estabilizadores ou demais dispositivos de adequação elétrica indispensáveis ao correto funcionamento dos equipamentos, sem qualquer ônus adicional ao CONTRATANTE.

#### **ITEM I - Multifuncional monocromática laser/LED A4**

1. Velocidade mínima de impressão de 40 páginas por minuto, em papel A4, Carta ou tamanho equivalente.
2. Resolução mínima de impressão e cópia de 1200 x 1200 dpi.
3. Processador com clock mínimo de 1,2 GHz ou superior.
4. Memória padrão mínima de 1,5 GB.
5. Armazenamento interno mínimo de 320 GB, em disco rígido ou solução equivalente.
6. Linguagens de impressão compatíveis com padrões amplamente utilizados no mercado, incluindo PCL 5e, PCL 6 e PostScript 3 (emulação) ou equivalentes.
7. Interface de rede padrão Ethernet 10/100/1000 Mbps.
8. Suporte ao protocolo de rede TCP/IP, incluindo IPv4 e IPv6.
9. Compatibilidade com os sistemas operacionais Windows, macOS e Linux.
10. Velocidade mínima de digitalização de 35 imagens por minuto, em preto e branco e em cores.
11. Formatos de arquivos suportados para digitalização: TIFF, JPEG, PDF e PDF/A, em modo de página única e multipágina.
12. Função integrada de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) nativa.
13. Alimentador automático de originais com capacidade mínima de 50 folhas.
14. Modos de digitalização com envio para e-mail e pasta de rede.
15. Capacidade de cópias múltiplas de até 999 cópias por trabalho.
16. Função de ampliação e redução (zoom) com faixa mínima de 25% a 400%, em incrementos de 1%.
17. Suporte aos tamanhos de papel de A6 a A4.
18. Capacidade mínima da bandeja de entrada padrão de 500 folhas.
19. Capacidade mínima da bandeja de saída padrão de 200 folhas.
20. Suporte a gramaturas de papel entre 75 e 180 g/m² nas bandejas.
21. Compatibilidade com tipos de papel como comum, reciclado, especial, cartão e pré-impresso.
22. Alimentação elétrica em tensão compatível com a rede local, nominal de 120 a 127 V, frequência de 60 Hz.
23. Certificação de eficiência energética reconhecida internacionalmente, como Energy Star ou equivalente.
24. Pannel de Operação touch screen mínimo de 6" (seis polegadas)

#### **ITEM II – Multifuncional Color laser/LED (A4)**

1. Velocidade mínima de impressão de 40 páginas por minuto, em papel A4, Carta ou tamanho equivalente.
2. Resolução mínima de cópia e impressão de 1200 x 1200 dpi.
3. Processador com clock mínimo de 1,0 GHz ou superior.
4. Memória padrão mínima de 2 GB.
5. Armazenamento interno mínimo de 320 GB, em disco rígido, unidade de estado sólido ou cartão de memória, ou solução equivalente.
6. Linguagens de impressão compatíveis com padrões amplamente utilizados no mercado, incluindo PCL 5e, PCL 6 e PostScript 3 (emulação) ou equivalentes.
7. Interface de rede padrão Ethernet 10/100/1000 Mbps.
8. Suporte aos protocolos de rede TCP/IP, incluindo IPv4 e IPv6.
9. Compatibilidade com os sistemas operacionais Windows, macOS e Linux.
10. Velocidade mínima de digitalização de 35 imagens por minuto, em preto e branco e em cores.
11. Formatos de arquivos suportados para digitalização: TIFF, JPEG, PDF e PDF/A, em modo de página única ou multipágina.
12. Função integrada de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) nativa.
13. Alimentador automático de originais com capacidade mínima de 50 folhas.
14. Modos de digitalização com envio para e-mail e pasta de rede.
15. Capacidade de cópias múltiplas de até 999 cópias por trabalho.
16. Função de ampliação e redução (zoom) com faixa mínima de 25% a 400%, em incrementos de 1%.
17. Função de fax integrada, com velocidade de modem de até 33,6 Kbps ou superior.
18. Suporte aos tamanhos de papel de A6 a A4.
19. Capacidade mínima da bandeja de entrada padrão de 250 folhas.
20. Pannel de Operação touch screen mínimo de 6" (seis polegadas)

#### **ITEM III - Multifuncional color laser/LED (A3)**

1. Velocidade mínima de impressão de 30 páginas por minuto, em papel A4, Carta ou tamanho equivalente.
2. Resolução mínima de impressão e cópia de 1200 x 600 dpi.
3. Processador com clock mínimo de 1,0 GHz ou superior.
4. Memória padrão mínima de 2 GB.
5. Disco rígido padrão mínimo de 320 GB ou solução de armazenamento interno equivalente.
6. Linguagens de impressão compatíveis com padrões amplamente utilizados no mercado, incluindo PCL 5e, PCL 6 e PostScript 3 (emulação) ou equivalentes.
7. Interface de rede padrão Ethernet 10/100/1000 Mbps.
8. Suporte aos protocolos de rede TCP/IP, incluindo IPv4 e IPv6.
9. Compatibilidade com os sistemas operacionais Windows, macOS e Linux.
10. Velocidade mínima de digitalização de 35 imagens por minuto, em preto e branco e em cores.

11. Formatos de arquivos suportados para digitalização: TIFF, JPEG, PDF e PDF/A, em modo de página única ou multipágina.
12. Função integrada de Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR) nativa.
13. Alimentador automático de originais com capacidade mínima de 75 folhas.
14. Modos de digitalização com envio para e-mail e pasta de rede.
15. Capacidade de cópias múltiplas de até 999 cópias por trabalho.
16. Função de ampliação e redução (zoom) com faixa mínima de 25% a 400%, em incrementos de 1%.
17. Função de fax integrada, com velocidade de modem de até 33,6 Kbps ou superior.
18. Suporte aos tamanhos de papel de A6 a A3.
19. Capacidade mínima da bandeja de entrada padrão de 500 folhas.
20. Capacidade mínima da bandeja de saída padrão de 200 folhas.
21. Suporte a gramaturas de papel entre 75 e 180 g/m<sup>2</sup> nas bandejas.
22. Compatibilidade com tipos de papel como comum, reciclado, especial, cartão e pré-impresso.
23. Alimentação elétrica em tensão compatível com a rede local, nominal de 120 a 127 V, frequência de 60 Hz.
24. Consumo máximo de energia desejável de até 1.500 W em operação.
25. Certificação de eficiência energética reconhecida internacionalmente, como Energy Star ou equivalente.
26. Pannel de Operação touch screen mínimo de 6" (seis polegadas)

### **3. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Considerando o encerramento da vigência do Contrato nº 21/2022, previsto para o dia 30/05/2026 torna-se imprescindível a instauração de novo procedimento licitatório visando assegurar a continuidade da prestação dos serviços de impressão no âmbito do DETRAN/DF.

O serviço de outsourcing de impressão, compreendendo a locação de equipamentos é classificado como serviço contínuo, essencial e de natureza crítica, sendo indispensável para o funcionamento ininterrupto das unidades do DETRAN/DF e para a execução de suas atividades finalísticas, notadamente aquelas relacionadas ao atendimento ao cidadão, emissão de documentos, processos administrativos e atividades operacionais.

A eventual descontinuidade do referido serviço comprometeria significativamente a eficiência administrativa, a prestação dos serviços públicos e o cumprimento das atribuições institucionais do órgão, ocasionando prejuízos diretos à população usuária.

Dessa forma, mostra-se necessária a contratação de empresa especializada para a continuidade da prestação do serviço de impressão corporativa, com fornecimento de equipamentos novos ou usados, manutenção preventiva e corretiva, insumos, suporte técnico e gestão do parque de impressão, garantindo níveis adequados de disponibilidade, desempenho e qualidade.

Ressalte-se que, nos termos do art. 106 da Lei nº 14.133/2021, os contratos de serviços contínuos poderão ter vigência inicial de até cinco anos, admitindo-se prorrogações sucessivas até o limite máximo de dez anos, desde que haja previsão expressa no edital e que sejam mantidas as condições de vantajosidade para a Administração.

Diante do exposto, resta plenamente justificada a necessidade de instauração de novo processo licitatório para contratação do serviço de outsourcing de impressão, assegurando a continuidade, a eficiência e a regularidade dos serviços prestados

A demanda relativas as impressoras foi mensurada pela Gerência de Suporte Central e Operação de Rede, que considerou a evolução das demandas das unidades do DETRAN/DF e verificou que não houve alteração significativa na necessidade global de serviços de impressão, cópia e digitalização. Embora tenha sido observada pequena redução pontual em determinados setores, tal redução é compensada por constantes alterações de unidades, criação de novos postos de atendimento e ampliação dos serviços administrativos, o que torna tecnicamente imprudente a diminuição do quantitativo atualmente contratado.

Assim, decidiu-se pela manutenção integral de todos os itens e quantitativos atualmente contratados para a nova contratação, de forma a preservar a capacidade operacional necessária ao pleno funcionamento das unidades administrativas e de atendimento ao público.

No âmbito da presente contratação de serviços de outsourcing de impressão, foram avaliadas as tecnologias disponíveis, incluindo impressoras do tipo jato de tinta e tecnologia a laser/LED. A análise técnica demonstrou que, para ambiente corporativo com volume médio/alto de impressões, exigência de alta disponibilidade, robustez operacional e cumprimento de níveis mínimos de serviço (SLA), a tecnologia a laser/LED apresenta maior confiabilidade, menor custo por página em escala, maior ciclo mensal recomendado e menor risco de interrupções decorrentes de falhas técnicas. Verificou-se que equipamentos jato de tinta são mais adequados para uso doméstico ou de baixo volume, apresentando limitações operacionais como maior suscetibilidade ao ressecamento de cartuchos, necessidade mais frequente de manutenção e menor durabilidade em ambientes de uso intensivo.

Assim, com fundamento no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a adoção exclusiva de tecnologia a laser/LED atende de forma mais eficiente, econômica e segura às necessidades institucionais, não sendo recomendada a contratação de impressoras do tipo jato de tinta para o presente objeto.

Para garantir a adequada prestação dos serviços, a CONTRATADA deverá manter técnico dedicado fisicamente com atribuições de:

1. Acompanhamento e monitoramento do parque de impressão;
2. Prestar assistência aos usuários;
3. Troca de toners e insumos;
4. Abertura e acompanhamento de chamados técnicos;
5. Apoio à gestão contratual;
6. Elaboração de relatórios gerenciais.

Para fins de controle e governança, a contratada deverá utilizar a ferramenta de gestão de chamados do DETRAN/DF e, caso utilize sistema próprio, deverá obrigatoriamente registrar todas as ocorrências também no sistema institucional da Autarquia, sem prejuízo do cumprimento dos prazos de atendimento estabelecidos neste Termo de Referência e aplicação das penalidades descritas no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

Vale destacar que o consumo real poderá variar conforme as necessidades específicas de cada setor e eventuais expansões de atividades do DETRAN/DF. O acompanhamento periódico do volume impresso será realizado pela fiscalização do contrato, de modo a gerir o uso do serviço e identificar, se for o caso, a necessidade de ajustes futuros (como aumentos ou reduções no quantitativo contratado). A presente estimativa, entretanto, é considerada adequada e até conservadora frente aos dados disponíveis, garantindo que o objeto contratual atenda plenamente à necessidade identificada.

#### **3.1. Alinhamento ao Parecer Referencial nº 66/2024 - PGDF/PGCONS**

Essa contratação encontra-se alinhada às diretrizes estabelecidos no Parecer Referencial nº 66/2024, especialmente quanto à aplicação da Lei nº 14.133/2021, do Decreto Distrital nº 44.330/2023 e da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022, está conformidade com as vedações normativas e com os princípios da eficiência, economicidade e competitividade.

Além disso, verifica-se a observância aos pressupostos fáticos e jurídicos delineados no referido parecer, com atenção especial à adequada instrução da fase preparatória da licitação, à caracterização do objeto como solução de tecnologia da informação e à adoção da modalidade pregão eletrônico

Ainda, foram consideradas as orientações relativas à utilização de listas de verificação, à elaboração do Estudo Técnico Preliminar e do Termo de Referência, bem como ao gerenciamento de riscos e à pesquisa de preços.

Por fim, contratação de outsourcing de impressão se enquadra nos parâmetros do parecer referencial.

#### **3.2. Utilização de modelo padronizado de Termo de Referência**

Foi utilizado como minuta padronizada para confecção do presente termo de referência, no que coube, o modelo para compras aprovado pela Advocacia-Geral da União, enquanto não sobrevinha o modelo a ser aplicado no âmbito do Distrito Federal, tendo em vista o permissivo do inciso III, art. 36, do Decreto Distrital nº 44.330/2023 e Parecer Referencial SEI-GDF nº 66/2024 - PGDF/PGCONS.

3.3. Do alinhamento da solução de TIC com os instrumentos de planejamento:

3.3.1. Aderência a Leis Orçamentárias (Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA)

A contratação pretendida está de acordo com o planejamento orçamentário do Distrito Federal, em especial LDO e LOAS, pois consta demonstração do seu alinhamento ao Planejamento Estratégico e ao Plano de Contratação Anual do Detran/DF, os quais integram o ciclo de planejamento e orçamento do Governo do Distrito Federal, fornecendo dados essenciais e se alinhando a todas as leis orçamentárias.

3.3.2. Alinhamento ao Planejamento Estratégico do Detran/DF

A contratação pretendida está de alinhada ao Plano Planejamento Estratégico Detran/DF - 2024-2030 (191009967), em especial no que tange à Perspectiva do Resultado Institucional (9.2) e seus desdobramentos:

9.2.1. Objetivo Estratégico: Oferecer serviços eficientes e acessíveis ao cidadão.

9.2.1.1. Indicador Estratégico: 9.2.1.1.1. Serviços oferecidos pelo portal de serviços do Detran/DF.

9.2.1.2. Iniciativas Estratégicas: 9.2.1.2.1. Aumentar a qualidade do atendimento;

9.2.1.2.2. Reduzir o tempo de espera nos atendimentos presenciais.

O alinhamento está evidenciado ainda quanto à Perspectiva das pessoas, Inovação e Tecnologia (9.4) e os desdobramentos seguintes:

9.4.2. Objetivo Estratégico: Garantir segurança, integridade, investimento e efetiva governança de dados e informações.

9.4.2.1. Indicador Estratégico: 9.4.2.1.1. Grau de investimento em tecnologia.

9.4.2.2. Iniciativas Estratégicas:

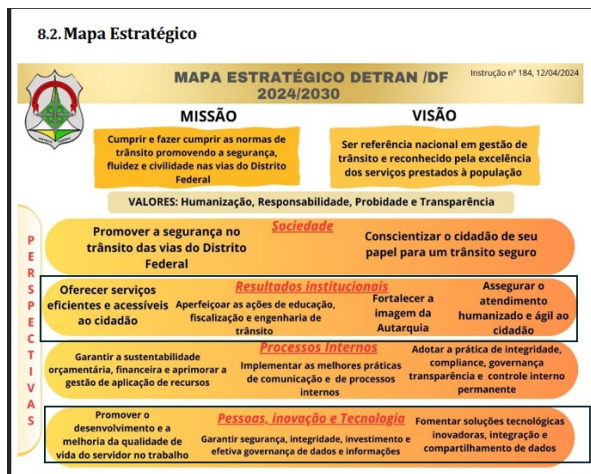
9.4.2.2.1. Publicação de uma Política de Governança de Dados.

9.4.3. Objetivo Estratégico: Fomentar soluções tecnológicas inovadoras, integração e compartilhamento de dados.

9.4.3.1. Indicador Estratégico:

9.4.3.1.1. Parceria estabelecida em compartilhamento de dados.

9.4.3.2. Iniciativas Estratégicas: 9.4.3.2.1. Modernização de Tecnologia de TI.



3.3.3. Adequação às Necessidades do PDTI - 2024 - 2026 - DETRAN/DF

O PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PDTIC 2024 - 2026 do DETRAN/DF está atualizado e tem o orçamento estimado para execução de R\$ 569.456.000,00 (quinhentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) para os três anos de Planejamento Estratégico. A previsão é que o investimento nos três anos seja de aproximadamente, R\$ 189.818.666,67 (cento e oitenta e nove milhões, oitocentos e cinquenta mil reais).

Em suma, prevê um inventário de necessidades que pode ser resumido nos seguintes direcionadores estratégicos: Buscar excelência no atendimento ao cidadão tendo em vista serviços digitais e auto atendimento; Aprimorar a gestão, operação e entrega dos serviços e produtos desenvolvidos pelas unidades do Detran; Modernizar a estrutura e o aparato tecnológico da Autarquia; Aprimorar a gestão dos processos e a governança corporativa; Fomentar Inovação e Transformação Digital.

Para atender essas necessidades previstas no PDTIC - 2024 - 2026 do Detran/DF é necessário a contratação de serviços de comunicação que permitam o acesso aos vários sistemas integrados ao Departamento de Trânsito e a outros órgãos da Administração Pública.

As soluções estão originalmente descritas no Documento de Formalização de Demanda - DFD 7 (189916669) e no Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), sobretudo no que se refere aos Objetivos Estratégicos do Departamento de Trânsito lá descrito, considerando inclusive a essencialidade do serviço e o Atendimento adequado, eficiente e ininterrupto ao cidadão, conforme trecho do PDTI reproduzido abaixo.

"Direcionadores estratégicos:

1. Buscar excelência no atendimento ao cidadão, tendo em vista serviços digitais e auto atendimento;
2. Aprimorar a gestão, operação e entrega dos serviços e produtos desenvolvidos pelas unidades do Detran;
3. Modernizar a estrutura e o aparato tecnológico da Autarquia;
4. Aprimorar a gestão dos processos e a governança corporativa;
5. Fomentar Inovação e Transformação Digital;" (...)

3.4. Previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA)

3.4.1. O Plano de Contratações Anual - PCA não está atualizado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), todavia foi incluído documento ID. 192566972, aplicação interna (Detran/DF) <https://portal.compras.df.gov.br/ecompras/pcademandante/detalhar/1019>, que demonstra a aprovação dos itens vinculados a DIRTEC 2026.

3.4.2. O item sob código nº 16235 comporta a solução integralmente, com valor já aprovado no PCA de 1.370.436,00.

15/01/2026 11:41:17		Valdete Amaral Dias		Aprovado item: 16235 na unidade Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Gestor do PCA.	
# ITEM	CADASTRADOR	URL DEMANDANTE	VALOR INFORMADO TOTAL	QTD JÁ APROVADO NO PCA	VALOR TOTAL JÁ APROVADO NO PCA
16235	Valdete Amaral Dias	Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação	R\$ 1.370.436,00	1	R\$ 1.370.436,00
16235) Serviços de outsourcing de impressão SERVIÇO DE IMPRESSÃO (outsourcing de impressão), com alocação de equipamentos de impressão, para impressão, cópia e digitalização de documentos, fornecimento de sistema de gerenciamento e bilhetagem, prestação de serviços de manutenção preventiva, corretiva on-site e suporte técnico, transferência de conhecimento, reposição de peças e componentes, fornecimento contínuo de insumos e consumíveis, exceto papel.					

3.5. A relação entre a necessidade da contratação da solução de TIC e os respectivos volumes e características do objeto

3.5.1. A demanda relativas as impressoras foi mensurada pela Gerência de Suporte Central e Operação de Rede, que considerou a evolução das demandas das unidades do DETRAN/DF e verificou que não houve alteração significativa na necessidade global de serviços de impressão, cópia e digitalização. Embora tenha sido observada pequena redução pontual em determinados setores, tal redução é compensada por constantes alterações de unidades, criação de novos postos de atendimento e ampliação dos serviços administrativos, o que torna tecnicamente imprudente a diminuição do quantitativo atualmente contratado.

3.5.2. Assim, decidiu-se pela manutenção integral de todos os itens e quantitativos atualmente contratados para a nova contratação, de forma a preservar a capacidade operacional necessária ao pleno funcionamento das unidades administrativas e de atendimento ao público.

3.5.3. Quanto à volumetria, a contratação deverá prever quantitativo mensal de acordo com a tabela abaixo.

CATSER	Tipo de Equipamento	Especificação	Quantidade
26778	Multifuncional	Color laser/LED A4 40 ppm	40
26743	Multifuncional	Monocromático laser/LED 40 ppm	160
26808	Multifuncional	Color laser/LED A3 30 ppm	5
26816	Impressões monocromáticas	A4	495.000/mês
26859	Impressões policromáticas	A4	19.600/mês
26832	Impressões monocromáticas	A3	8.000/mês
26875	Impressões policromáticas	A3	4.000/mês

3.5.4. O consumo real poderá variar conforme as necessidades específicas de cada setor e eventuais expansões de atividades do DETRAN/DF. O acompanhamento periódico do volume impresso será realizado pela fiscalização do contrato, de modo a gerir o uso do serviço e identificar, se for o caso, a necessidade de ajustes futuros (como aumentos ou reduções no quantitativo contratado). A presente estimativa, entretanto, é considerada adequada e até conservadora frente aos dados disponíveis, garantindo que o objeto contratual atenda plenamente à necessidade identificada.

### 3.6. Os resultados e benefícios a serem alcançados com a contratação

3.6.1. Contratação de serviço continuado de outsourcing de impressão, com locação de equipamentos novos ou usados, para garantir a continuidade dos serviços essenciais do DETRAN/DF após o encerramento do Contrato nº 21/2022.

3.6.2. O serviço de outsourcing de impressão, compreendendo a locação de equipamentos novos ou usados, é classificado como serviço contínuo, essencial e de natureza crítica, sendo indispensável para o funcionamento ininterrupto das unidades do DETRAN/DF e para a execução de suas atividades finalísticas, notadamente aquelas relacionadas ao atendimento ao cidadão, emissão de documentos, processos administrativos e atividades operacionais.

3.6.3. A eventual descontinuidade do referido serviço comprometeria significativamente a eficiência administrativa, a prestação dos serviços públicos e o cumprimento das atribuições institucionais do órgão, ocasionando prejuízos diretos à população usuária.

3.6.4. Dessa forma, mostra-se necessária a contratação de empresa especializada para a continuidade da prestação do serviço de impressão corporativa, com fornecimento de equipamentos novos ou usados, manutenção preventiva e corretiva, insumos, suporte técnico e gestão do parque de impressão, garantindo níveis adequados de disponibilidade, desempenho e qualidade.

### 3.7. Da não utilização do Sistema de Registro de Preços.

3.7.1. Esta contratação não será processada por meio do Sistema de Registro de Preços, pois não atende aos critérios estabelecidos pelos incisos do artigo 190 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

### 3.8. Do princípio da padronização

3.8.1. As contratações realizadas no âmbito do Distrito Federal estão subordinadas aos regulamentos dispostos no Decreto n. 44.330, de 16 de março de 2023. Nele, especificamente junto ao art. 81, existe previsão de que a administração deverá observar, sempre que possível, o princípio da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.

3.8.2. Nestes termos, informamos que não existe no âmbito do Governo do Distrito Federal – GDF, nenhuma padronização nesse sentido para esse tipo de segmento tecnológico.

### 3.9. Do parcelamento da solução de TIC

3.9.1. A contratação será feita em lote único, não haverá parcelamento do objeto, que é dividido em vários itens, alguns independentes entre si, porém, operacionalmente, a solução é indivisível pois os itens de impressão dependem totalmente da locação de equipamentos, da sustentação dos equipamentos e fornecimento de insumos para o seu funcionamento.

3.9.2. Além disso a Portaria SGD/MGI nº 370, de 8 de março de 2023, que institui o Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão, no âmbito dos órgãos e das entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal, recomenda que "Em uma contratação em abrangência regional ou nacional é importante avaliar a possibilidade ou não do parcelamento do objeto, observando-se o disposto na Súmula TCU nº 247."

### 3.10. Possibilidade de contratação em licitações separadas

3.10.1. Não há necessidade de licitações e contratações separadas para os itens que, operacionalmente, dependem totalmente da locação de equipamentos, da sustentação dos equipamentos e fornecimento de insumos para o seu funcionamento.

### 3.11. Do catálogo eletrônico de padronização



3.11.1. art. 40, §1º, I, da Lei n.º 14.133/2021 estabelece que deve ser feita a “especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança”. Desta forma, recomenda-se consultar o catálogo para verificar se a contratação almejada está contemplada em seus termos. Em existindo padronização aprovada, ela deve ser considerada e eventual não-uso justificado.

3.11.2. Por sua vez, o inciso II, do art. 36, do Decreto n.º 44.330, de 16 de março de 2023 (\*), que Regulamenta a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, estabelece que compete à Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Administração do Distrito Federal criar o catálogo eletrônico de padronização de compras e serviços, admitida a adoção do catálogo do Poder Executivo Federal.

3.11.3. Logo, considerando a inexistência de catálogo eletrônico de padronização de compras e serviços no âmbito do Governo do Distrito Federal, procedemos consulta ao catálogo eletrônico de padronização do Governo Federal, disponível em <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-depadronizacao/itens-padronizados>.

#### 3.12. **Conformidade com a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022**

3.12.1. Registra-se que o objeto da contratação NÃO incide nas hipóteses vedadas pelos artigos 3º e 4º da IN n.º 94, de 2022. Na elaboração deste Termo de Referência, foram respeitadas as vedações previstas no artigo 5º da mesma Instrução Normativa, bem como cumprido o Anexo I da IN n.º 94, de 2022.

3.12.2. Adicionalmente, foram seguidos os guias, manuais e modelos publicados pelo Órgão Central do SISP, conforme disposto no §2º do artigo 8º da IN n.º 94, de 2022.

### 4. **DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### 4.1. **Requisitos de negócio**

4.1.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1.1. A definição das áreas de atendimento, de acordo com seus respectivos níveis de criticidade, será realizada pelo CONTRATANTE durante o período de estabilização contratual, observadas as diretrizes e os parâmetros estabelecidos na tabela de referência constante do Termo de Referência.

4.1.1.2. Os Acordos de Nível de Serviço (ANS) terão como base a legislação vigente, as condições contratuais e os limites técnicos, incluindo, especificamente, as regras relacionadas à reposição de insumos, com a previsão de percentual aceitável de ocorrências que possam excepcionalmente divergir da regra geral, mediante acompanhamento proativo por parte da CONTRATADA, sem necessidade de intervenção do CONTRATANTE.

4.1.1.3. É vedada a transferência de responsabilidade técnica à CONTRATADA, bem como a solicitação de execução ou supervisão de procedimentos que possam comprometer a integridade física, lógica ou operacional dos equipamentos.

4.1.1.4. NA CONTRATADA responderá integralmente por quaisquer danos, falhas ou perda de garantia decorrentes de execução inadequada de procedimentos técnicos.

4.1.1.5. As intervenções técnicas deverão ser realizadas observando-se os prazos contratuais e sem interrupção por prazos superiores aos períodos descritos, de acordo com o critério de criticidade

#### 4.2. **Requisitos de capacitação**

4.2.1. A contratada deverá fornecer treinamento operacional aos usuários designados e à equipe técnica da Contratante, abrangendo:

4.2.1.1. Uso adequado dos equipamentos;

4.2.1.2. Procedimentos para abertura de chamados;

4.2.1.3. Boas práticas de utilização.

#### 4.3. **Requisitos legais**

4.3.1. O presente processo de contratação obedecerá ao disposto no Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, que regulamenta a Lei n.º 14.133, de 2021 e recepção a IN n.º 94, de 2022 e a outras legislações aplicáveis, em especial, a Portaria SGD/MGI nº 370, de 8 de março de 2023, que institui o Modelo de Contratação de Serviços de Outsourcing de Impressão, no âmbito dos órgãos e das entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISP do Poder Executivo Federal.

#### 4.4. **Requisitos de manutenção**

4.4.1. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução:

4.4.1.1. Garantia de alta disponibilidade e desempenho, com capacidade de atendimento às demandas operacionais das unidades administrativas e de atendimento ao público;

4.4.1.2. Suporte técnico especializado, com manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças e fornecimento contínuo de suprimentos;

4.4.1.3. Caso seja necessário adaptações, em casos específicos e desde que autorizado pela contratante, poderão ser realizadas manutenções adaptativas.

4.4.1.4. Monitoramento e gerenciamento do parque de impressão, permitindo controle de volumes, rastreabilidade e otimização de recursos;

4.4.1.5. Atendimento aos requisitos de segurança da informação, confidencialidade e integridade dos documentos impressos;

#### 4.5. **Requisitos temporais**

4.6. A Instalação dos equipamentos será realizada por Demanda do Departamento de Trânsito que indicará o Tipo de equipamento e o local de sua instalação, que poderá ser emitida a partir da assinatura do contrato.

4.6.1. Em cada Ordem de Serviço devem ser especificadas os tipos de equipamentos, os locais de instalação e a sua criticidade de acordo com a tabela de criticidade.

4.6.2. Após a assinatura contratual, a instalação dos equipamentos contratados deverá ocorrer em, no máximo, **dez dias** da emissão da ordem de serviço emitida do Detran/DF, o não cumprimento acarretará a aplicação de multa definida da seguinte forma:

4.6.2.1. Descumprimento de prazo de entrega de equipamento, o valor da será calculado a partir do valor de locação do equipamento do equipamento (E) não entregue, multiplicada pela metade da soma dos dias de atraso (D) >  $G = E * D / 2$

4.6.3. Nos primeiros 20 dias corridos de execução contratual o Detran/DF poderá demandar todo o objeto contratado, todavia, glosa por descumprimento só será aplicada caso a empresa não entre pelo menos 50% do quantitativo demandado na ordem de Serviço, o quantitativo remanescente poderá ser entregue nos 15 dias corridos subsequentes ao término do prazo anterior.

4.6.4. Após o 36º dia toda a demanda deverá obedecer a regra de 10 dias sob pena da glosa prevista pela equação:  $G = E * D / 2$

4.6.5. Após a entrega de todos os produtos descritos na OS, o fiscal do contrato deverá aferir se todos os produtos foram entregues dentro do prazo, se foi anexado o relatório de atividades com as respectivas evidências e se os produtos estão funcionais e em produção.

4.6.6. Após a análise do cumprimento dos requisitos técnicos dos equipamentos e sua funcionalidade, o executor do contrato deverá emitir um Termo de Aceite Definitivo da Ordem de Serviço e, então, encaminhar a nota fiscal para pagamento.

4.6.7. O Termo de Aceite Definitivo deverá ser emitido no prazo de 5 dias úteis contados da entrega do Relatório de Atividades e respectivas evidências por parte da CONTRATADA.

4.6.8. Será emitido um Termo de Recebimento Definitivo para cada OS, no qual constará tanto a quantidade prevista de consumo cópias, a quantidade e tipo de equipamentos em funcionamento e as ocorrência que possa impactar no pagamento, como glosas, multas ou indisponibilidades.

4.6.9. Após a implantação contratual, na execução regular dos equipamentos, o atraso na substituição de equipamentos respeitará as regras definidas no IMR.

4.6.10. A manutenção preventiva deverá ser realizada conforme o manual técnico de cada equipamento.

4.6.11. O fornecimento e a substituição de insumos deverão ser realizados de forma proativa pela CONTRATADA, que deverá monitorar continuamente os níveis de suprimentos e proceder à reposição independentemente de abertura de chamados ou intervenção dos usuários.

4.6.12. Os prazos de atendimento pela equipe da contratada para realização de manutenções corretivas, reposição de insumos deverão ser observados de acordo

com a criticidade dos serviços para o CONTRATANTE, conforme classificação a seguir:

4.6.12.1. Criticidade 1

- Unidades de atendimento ao cidadão externo e unidades de gestão superior (Direção-geral e Diretorias)
  - Reposição de insumos: atendimento e solução em até 4 horas úteis
  - Manutenção corretiva ou substituição de equipamento: atendimento em até 4 horas úteis e solução em até 8 horas úteis após o atendimento

4.6.12.2. Criticidade 2

- Unidades de atendimento ao público interno e unidades de gestão administrativa (Gerências)
  - Reposição de insumos: atendimento e solução em até 4 horas úteis
  - Manutenção corretiva ou substituição de equipamento: atendimento em até 4 horas úteis e solução em até 10 horas úteis após o atendimento

4.6.12.3. Criticidade 3

- Demais unidades
  - Reposição de insumos: atendimento e solução em até 6 horas úteis
  - Manutenção corretiva ou substituição de equipamento: atendimento em até 8 horas úteis e solução em até 12 horas úteis após o atendimento

4.6.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.6.14. Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.7. **Requisitos de segurança e privacidade**

A contratada deverá garantir, no mínimo, os seguintes requisitos:

4.7.1. Confidencialidade das informações - Implementação de mecanismos técnicos e administrativos que assegurem que documentos impressos, digitalizados ou armazenados nos equipamentos não sejam acessados por pessoas não autorizadas, incluindo:

- 4.7.1.1. Autenticação de usuários para liberação de impressões (PIN, cartão, biometria ou equivalente);
- 4.7.1.2. Bloqueio automático de trabalhos não retirados;
- 4.7.1.3. Controle de perfis de acesso por usuário ou setor.

4.7.2. Proteção de dados armazenados nos equipamentos - Os equipamentos multifuncionais deverão possuir:

- 4.7.2.1. Criptografia de dados em disco rígido (quando existente);
- 4.7.2.2. Sobrescrita segura de dados após cada trabalho;
- 4.7.2.3. Eliminação definitiva das informações em caso de substituição, manutenção ou devolução dos equipamentos.

4.7.3. Segurança da rede - A solução deverá permitir:

- 4.7.3.1. Comunicação segura entre equipamentos e servidores (protocolos criptografados);
- 4.7.3.2. Isolamento lógico em rede, quando exigido pelo Contratante;
- 4.7.3.3. Registro e monitoramento de acessos e atividades (logs de auditoria).

4.7.4. Conformidade com a Política de Segurança do Contratante - A contratada deverá:

- 4.7.4.1. Adequar seus procedimentos operacionais às normas internas de segurança da informação;
- 4.7.4.2. Permitir auditorias técnicas, quando solicitadas;
- 4.7.4.3. Treinar seus técnicos quanto à confidencialidade das informações manuseadas.

4.8. **Requisitos sociais, ambientais e culturais**

4.8.1. A Contratada deverá atender aos requisitos sociais, ambientais e culturais estabelecidos pela Secretaria de Economia do Distrito Federal, assegurando o respeito e igualdade de tratamento em todas as suas ações, com a utilização obrigatória da linguagem culta em documentos e comunicações oficiais, as quais deverão ser preferencialmente em português do Brasil, salvo nos casos de cooperação internacional, quando serão admitidos documentos na língua do País parceiro. Além disso, é necessário que sejam rigorosamente observadas as leis trabalhistas vigentes, promovendo condições dignas de trabalho, bem como a transparência em todos os processos, mantendo registros claros e acessíveis, que devem estar disponíveis sempre que solicitado.

4.8.2. Quando em trabalho presencial, o profissional deverá se apresentar vestido de forma adequada, conforme padrões de decore e formalidade exigidos pelo ambiente público. A Contratada deverá ainda promover o respeito às mulheres, adotando medidas efetivas de combate ao assédio moral e sexual no ambiente de trabalho, alinhando-se aos princípios de inclusão, sustentabilidade e valorização cultural exigidos pela administração pública distrital.

4.9. **Requisitos da arquitetura tecnológica**

4.9.1. Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.9.2. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.10. **Requisitos de projeto de implementação**

Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir, garantindo a adequada transição, instalação, configuração e entrada em operação da solução de outsourcing de impressão, sem prejuízo à continuidade das atividades da Contratante.

4.10.1. A contratada deverá apresentar, em até 02 dias úteis da assinatura do Contrato, Plano de Implementação contendo:

- 4.10.1.1. Cronograma detalhado de implantação;
- 4.10.1.2. Plano de transição (quando houver substituição de contrato vigente);
- 4.10.1.3. Estratégia de instalação e configuração dos equipamentos;
- 4.10.1.4. Plano de mitigação de riscos;
- 4.10.1.5. Definição de responsáveis técnicos;
- 4.10.1.6. Procedimentos de testes e validação.
- 4.10.1.7. O plano deverá ser aprovado pela fiscalização antes do início da implantação.

4.10.2. Levantamento Técnico Inicial - a contratada deverá realizar levantamento técnico nas dependências da Contratante para:

- 4.10.2.1. Mapear locais de instalação;
- 4.10.2.2. Verificar infraestrutura elétrica e lógica;
- 4.10.2.3. Validar dimensionamento dos equipamentos;
- 4.10.2.4. Confirmar volumes estimados de impressão.

#### 4.11. **Requisitos de implantação**

Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

##### 4.11.1. Instalação e Configuração - a implementação deverá contemplar:

- 4.11.1.1. Entrega e instalação física dos equipamentos;
- 4.11.1.2. Configuração em rede corporativa;
- 4.11.1.3. Configuração de filas de impressão;
- 4.11.1.4. Implementação de autenticação de usuários (quando exigido);
- 4.11.1.5. Parametrização de controle de franquia e relatórios.

##### 4.11.2. Integração e Segurança - a solução deverá:

- 4.11.2.1. Integrar-se ao ambiente de rede da Contratante;
- 4.11.2.2. Observar as políticas de segurança da informação;
- 4.11.2.3. Garantir criptografia de dados (quando aplicável);
- 4.11.2.4. Implementar controle de acesso e rastreabilidade.

##### 4.11.3. Testes de Aceite - após a instalação, deverão ser realizados:

- 4.11.3.1. Testes funcionais;
- 4.11.3.2. Testes de impressão, digitalização e cópia;
- 4.11.3.3. Validação de relatórios de bilhetagem;
- 4.11.3.4. Verificação do cumprimento dos requisitos técnicos.
- 4.11.3.5. A entrada em produção dependerá do Termo de Aceite emitido pela Contratante.

##### 4.11.4. Início da Operação Assistida- após a entrada em produção, deverá ser observado período de operação assistida de 30 dias, durante o qual:

- 4.11.4.1. Eventuais ajustes serão realizados sem ônus adicional;
- 4.11.4.2. O IMR será monitorado;
- 4.11.4.3. A estabilidade da solução será validada.

#### 4.12. **Requisitos de garantia e manutenção**

4.12.1. Deverá ser prestada garantia integral on-site de fábrica, com fornecimento de serviços técnicos e reposição de peças durante todo o período contratual, inclusive em caso de eventual prorrogação, contada a partir do recebimento definitivo dos equipamentos mediante emissão do respectivo Termo de Recebimento Definitivo.

#### 4.13. **Requisitos de experiência profissional**

4.13.1. Os serviços de assistência técnica, suporte, reposição de insumos deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos contratados, bem como com todos os recursos necessários para a prestação dos serviços.

#### 4.14. **Requisitos de formação da equipe**

4.14.1. Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos pela fabricante, respeitando-se as especificidades por ventura existentes na estrutura tecnológica da contratante.

4.14.2. O preposto deverá ter capacidade técnica para responder às dúvidas da equipe gestora em tempo hábil, de forma a permitir rápida solução de questões pontuais sobre a usabilidade dos equipamentos.

#### 4.15. **Requisitos de metodologia de trabalho**

4.15.1. A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.15.2. A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.15.3. O regime de atendimento será de 10 (dez) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana, com registro de chamados no horário das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, excetuados os feriados.

4.15.4. A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

#### 4.16. **Requisitos de segurança da informação e privacidade**

O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

##### 4.16.1. Proteção contra vazamento de informações - Devem ser implementados controles para:

- 4.16.1.1. Restringir digitalizações para e-mails externos, se aplicável;
- 4.16.1.2. Controlar armazenamento temporário de arquivos;
- 4.16.1.3. Evitar cópia não autorizada de documentos.

##### 4.16.2. Responsabilidade sobre incidentes de segurança - A contratada deverá:

- 4.16.2.1. Notificar imediatamente qualquer incidente de segurança ou violação de dados;
- 4.16.2.2. Adotar plano de resposta a incidentes;
- 4.16.2.3. Responsabilizar-se por danos decorrentes de falhas comprovadas de segurança.

#### 4.17. **Vistoria**

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09 horas às 17 horas.

4.17.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.17.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.17.3. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.17.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

#### 4.18. **Sustentabilidade**

4.18.1. A Contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no art. 2º, da Lei Distrital n.º 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, com vista à convergência ao art. 2º do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, que regulamenta a Lei n.º 14.133, de 2021, no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal, a fim de estabelecer a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

##### 4.18.2. Impactos ambiental

- 4.18.2.1. Aumento do consumo de papel;
  - 4.18.2.2. pressão sobre recursos florestais e energia/água na cadeia produtiva;
  - 4.18.2.3. Geração de resíduos sólidos (papel descartado);
  - 4.18.2.4. Resíduos com plástico, pó de toner e possíveis metais risco ambiental se descartados incorretamente;
  - 4.18.2.5. Elevação do consumo energético maior emissão indireta de GEE (escopo 2);
  - 4.18.2.6. Descarte inadequado de impressoras e peças contaminação por metais e plásticos.
  - 4.18.3. **Medidas mitigadoras**
    - 4.18.3.1. Permitir o fornecimento de equipamentos utilizados desde que atenda à critérios específicos de atualização e temporalidade descritas no Termo de Referência.
    - 4.18.3.2. Além disso incluir obrigações para a contratada nos termos abaixo:
    - 4.18.3.3. cumprir integralmente a logística reversa prevista na Lei nº 2.305/2010;
    - 4.18.3.4. comprovar destinação final ambientalmente adequada;
    - 4.18.3.5. fornecer equipamentos energeticamente eficientes;
    - 4.18.3.6. adotar práticas de redução de consumo de papel;
    - 4.18.3.7. apresentar relatórios periódicos de desempenho ambiental;
    - 4.18.3.8. Gerenciar o ciclo de vida dos consumíveis e equipamentos;
    - 4.18.3.9. Realizar coleta, transporte e destinação ambientalmente adequada;
    - 4.18.3.10. Garantir conformidade com normas ambientais e sanitárias.
  - 4.19. **Da exigência de carta solidariedade**
    - 4.19.1. Em caso de fornecedor revendedor ou distribuidor, será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.
  - 4.20. **Da verificação de amostra do objeto**
    - 4.20.1. Considerando serem produtos comuns no mercado e que as especificações são capazes de delimitar adequadamente o produto e limitar o fornecimento de objetos que não atendam as necessidades da administração, aduz-se ser desnecessária a verificação de amostras.
  - 4.21. **Garantia da contratação**
    - 4.21.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.
      - 4.21.1.1. A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após a assinatura do contrato.
      - 4.21.1.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
      - 4.21.1.3. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
  - 4.22. **Da assinatura do contrato**
    - 4.22.1. A licitante vencedora deverá apresentar, previamente à assinatura do contrato, declaração formal atestando a inexistência de qualquer vínculo de exclusividade, direcionamento comercial, vantagem competitiva indevida ou prática que comprometa a ampla concorrência na contratação da solução de outsourcing de impressão, em observância ao princípio da competitividade previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.
  - 5. **DAS DEFINIÇÕES DAS RESPONSABILIDADES**

A definição das responsabilidades da contratante, da contratada, nos termos do Art. 17. da Instrução Normativa SGD/ME nº 94/2022 deverá observar:
  - 5.1. **Das obrigações da contratante**
    - a) nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos, conforme o disposto no art. 29;
    - b) encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se o disposto nos arts. 18 e 32;
    - c) receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
    - d) aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
    - e) liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
    - f) comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
    - g) definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e
    - h) prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer;
- II - a definição das obrigações da contratada contendo, pelo menos, a obrigação de:
- a) indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
  - b) atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
  - c) reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
  - d) propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
  - e) manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
  - f) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
  - g) quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
  - h) ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
  - i) fazer a transição contratual, com no mínimo:

- a manutenção dos recursos materiais e humanos necessários à continuidade do negócio por parte da Administração;
- a entrega de versões finais dos produtos e da documentação;
- a transferência final de conhecimentos sobre a execução e a manutenção da solução de TIC;
- a devolução de recursos;
- a revogação de perfis de acesso;
- a eliminação de caixas postais; e
- outras que se apliquem.

## **6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **6.1. Das condições de execução**

- 6.1.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 6.1.2. Início da execução do objeto deverá iniciar de acordo e nos prazos descritos nos requisitos de implementação e implantação da solução
- 6.1.3. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

### **6.2. Local e horário da prestação dos serviços**

6.2.1. A CONTRATADA deverá prestar atendimento a todas as unidades do Departamento de Trânsito distribuídas no âmbito do Distrito Federal, conforme a distribuição geográfica a seguir, apresentada de forma estimada para fins de referência na formulação da proposta:

- Unidades localizadas até 10 km do Centro de Brasília: aproximadamente 40%
- Unidades localizadas entre 15 km e 30 km do Centro de Brasília: aproximadamente 45%
- Unidades localizadas entre 30 km e 40 km do Centro de Brasília: aproximadamente 15%

Ressalta-se que a distribuição acima possui caráter meramente estimativo e serve exclusivamente como parâmetro orientativo para a elaboração da proposta comercial, podendo haver inclusão ou supressão de postos de atendimento durante a vigência contratual, sem que disso decorra direito à recomposição econômica.

### **6.3. Materiais a serem disponibilizados**

- 6.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais de consumo, insumos (exceto papel) e acessórios necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, inclusive os destinados à adequação da instalação à rede elétrica do CONTRATANTE.
- 6.3.2. As impressoras multifuncionais que possuam recurso de digitalização deverão permanecer com o dispositivo de scanner plenamente habilitado.
- 6.3.3. O fornecimento de cabo USB ou qualquer outro acessório necessário à operação final do equipamento, quando este não estiver conectado à rede, será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA.

### **6.4. Formas de transferência de conhecimento**

- 6.4.1. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

### **6.5. Procedimentos de transição e finalização do contrato**

- 6.5.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **6.6. Quantidade mínima serviços para comparação e controle**

- 6.6.1. Não será necessária esse procedimento. O software de bilhetagem deverá comportar precisamente o consumo realizado pelas estações de trabalho e deverá estar plenamente integrado aos mecanismos de controle da contratante.

### **6.7. Mecanismos formais de comunicação**

6.7.1. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- 6.7.1.1. Ordem de Serviço;
- 6.7.1.2. Ata de Reunião;
- 6.7.1.3. Ofício;
- 6.7.1.4. Sistema de abertura de chamados;
- 6.7.1.5. E-mails e Cartas.

### **6.8. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

- 6.8.1. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.
- 6.8.2. O Termo de Ciência com Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no ANEXO I.

## **7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Durante a execução, o Contratante deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou pendências observadas, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### **7.6. Preposto**

7.6.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.6.2. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### **7.7. Reunião Inicial**

7.7.1. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.7.2. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do art. 31 da IN n.º 94, de 2022, e ocorrerá em até 02 dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- 7.7.3.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;



- 7.7.3.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- 7.7.3.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- 7.7.3.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- 7.7.3.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.
- 7.7.3.6. Apresentação do plano de implantação pela contratante para contratada.

**7.8. Fiscalização**

- 7.8.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN n.º 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.
- 7.8.2. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 120 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**7.9. Do Fiscal Requisitante**

- 7.9.1. O Fiscal Requisitante do Contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, III, da IN n.º 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o art. 26 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
  - 7.9.1.1. avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos em contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;
  - 7.9.1.2. identificar não conformidades com os termos contratuais, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;
  - 7.9.1.3. encaminhar as demandas de correção à Contratada, caso disponha de delegação de competência do Gestor do Contrato;
  - 7.9.1.4. apoiar o Fiscal Técnico na elaboração do Termo de Recebimento Provisório;
  - 7.9.1.5. verificar a manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, com apoio do Fiscal Técnico do Contrato;
  - 7.9.1.6. verificar a manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do contrato, em conjunto com o Fiscal Técnico do Contrato;
  - 7.9.1.7. apoiar o Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato;

**7.10. Fiscalização Técnica**

- 7.10.1. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN n.º 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme o inciso VI do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.10.2. O fiscal técnico do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com §1º, do art. 117, Lei n.º 14.133, de 2021, e inciso II do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.10.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção, conforme o inciso III do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.10.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso, conforme o inciso IV do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.10.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato, conforme o inciso V do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.10.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 24 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

**7.11. Fiscalização Administrativa**

- 7.11.1. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN n.º 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário, conforme o inciso II do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
  - 7.11.1.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência, conforme o inciso IV do art. 25 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

**7.12. Gestor do Contrato**

- 7.12.1. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN n.º 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 7.12.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotarà os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, conforme o inciso IV do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.12.3. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, conforme o inciso II do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.12.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme o inciso VIII do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.12.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso, de acordo com o inciso X do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.12.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual, conforme o inciso VII do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.
- 7.12.7. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, conforme o inciso VI do art. 23 do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023.

**7.13. Dos critérios de medição**

- 7.13.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) descrito abaixo, valendo para todos os prazos definidos nesse Termo de Referência, inclusive, respeitando os índices de criticidades definidos no item 4.6.11 e seus subitens.

<b>Tópico</b>	<b>Descrição</b>
<b>Finalidade</b>	Medir o tempo de atraso na prestação dos serviços constantes na Ordem de Serviço.
<b>Meta a cumprir</b>	IAP igual ou superior a (90) %.
<b>Instrumento de medição</b>	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
<b>Forma de acompanhamento</b>	É apurado pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade atendida dentro do prazo em relação à quantidade total atendida no período de referência.
<b>Periodicidade</b>	Mensal
<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	$IAP = 100 * (\Sigma Q_{tap} / \Sigma Q_{tr})$ <p>Onde:  IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço;  <math>\Sigma Q_{tap}</math> = Somatório do quantitativo atendido no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência;  <math>\Sigma Q_{tr}</math> = Somatório do quantitativo total registrado com previsão de encerramento para o período de referência.</p>
<b>Observações</b>	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OS.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal. IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.

7.13.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- 7.13.2.1. não produzir os resultados acordados;
- 7.13.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.13.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada

7.13.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

#### 7.14. Do Recebimento

7.14.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei n.º 14.133, de 2021 e Arts. 24, X e 25, VII, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023).

7.14.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.14.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 24, X, Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023).

7.14.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 25, VII, Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023).

7.14.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.14.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.14.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.14.8. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.14.9. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei n.º 14.133, de 2021).

7.14.10. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14.11. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14.12. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14.13. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.13.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 23, VIII, Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023);

7.14.13.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;

7.14.13.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.14.13.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.14.13.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.14.14. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.14.15. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14.16. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### 7.15. Das sanções administrativas e procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

As sanções administrativas aplicáveis à contratação de outsourcing de impressão foram estruturadas de forma objetiva, mensurável e vinculada ao desempenho contratual, em especial aos níveis de serviço (SLA), em conformidade com a Lei n.º 14.133/2021.

##### 7.15.1. Definição das sanções aplicáveis

Atendido mediante previsão expressa das seguintes penalidades, com gradação conforme gravidade:

- Advertência;
- Multa (moratória e compensatória);
- Impedimento de licitar e contratar;
- Declaração de inidoneidade;
- Rescisão contratual.

7.15.2. **Definição objetiva das hipóteses de aplicação**

- Descumprimento de SLA.
- Extrapolação do tempo de atendimento;
- Falha na reposição de consumíveis;
- Não execução da logística reversa;
- Reincidência em falhas operacionais;
- Interrupção injustificada do serviço.
- 

7.15.3. **Procedimento para aplicação das sanções**

- Atendido com previsão de rito administrativo;
- Notificação formal da contratada;
- Prazo para defesa;
- Análise técnica e decisão motivada;
- Possibilidade de recurso;
- Registro da penalidade.

7.15.4. **Limites e condições de aplicação de glosas**

- limite máximo de glosa de 20% mensal do valor contratado;
- vedação ao enriquecimento sem causa;
- preservação do equilíbrio econômico-financeiro.

7.15.5. Com base nos artigos 155 e 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, as infrações e sanções previstas para esta contratação, sem prejuízo da aplicação de outros normativos, são:

7.15.6. **Advertência:**

- 7.15.6.1. Descumprir de cláusulas contratuais que não ensejem penalidades mais graves;
- 7.15.6.2. Atrasar a execução do contrato por motivos banais, deixando de entregar tarefas rotineiras dentro dos prazos previamente estimados;
- 7.15.6.3. Demorar mais do que 5 dias para a indicação de preposto, quando aplicável;
- 7.15.6.4. Ignorar ou deixar de responder em prazos razoáveis questionamentos realizados pelos canais de comunicação estabelecidos no início do contrato, quando aplicável;
- 7.15.6.5. Entregar bens e/ou serviços com qualidade inadequada em termos de eficácia e efetividade;
- 7.15.6.6. Falta de zelo no preenchimento de ordens de serviço, quando aplicável, deixando de indicar datas, responsáveis pelo atendimento ou se utilizando de descrições genéricas que não correspondam aos serviços executados;
- 7.15.6.7. Faltar com o zelo de bens e espaços públicos, deixar de cumprir normas de separação de lixo, política de mesa limpa e uso de espaços coletivos, quando aplicável;
- 7.15.6.8. Transportar e manusear equipamentos sensíveis sem o devido cuidado, quando aplicável;
- 7.15.6.9. Inobservância dos códigos de vestimenta e código de conduta, quando aplicável;
- 7.15.6.10. Inobservância dos códigos de ética em vigor;

7.15.7. As penalidades de advertência serão convertidas em multa quando praticadas de forma reiterada, devendo o órgão sempre fazer o registro formal das penalidades aplicadas.

7.15.8. **Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, OU declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, a depender da gravidade do caso concreto:**

- 7.15.8.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 7.15.8.2. dar causa à inexecução total do contrato;
- 7.15.8.3. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 7.15.8.4. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 7.15.8.5. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 7.15.8.6. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

7.15.9. As penalidades previstas nos incisos "a", "b" e "c" podem ensejar, cumulativamente, a aplicação de multa;

7.15.10. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos:**

- 7.15.10.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 7.15.10.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 7.15.10.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 7.15.10.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 7.15.10.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei no 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- 7.15.10.6. agir em conluio ou em desconformidade com a lei.

7.15.11. As sanções previstas podem ser aplicadas concomitantemente, conforme a gravidade do ato apurado.

7.16. **Multa**

7.16.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme abaixo:

- 7.16.1.1. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do respectivo valor.
- 7.16.1.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor total do contrato, limitada a 10% (dez por cento) do valor contratual.

O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

- 7.16.1.3. Multas compensatórias:

<b>Id</b>	<b>Infrações</b>	<b>Sanção</b>
a	dar causa à inexecução parcial do contrato;	Multa de 5% do valor do Contrato
b	dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;	Multa de 10% do valor do Contrato
c	dar causa à inexecução total do contrato;	Multa de 20% do valor do Contrato
d	ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;	Multa de 2% do valor do Contrato
e	apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;	Multa de 15% do valor do Contrato
f	praticar ato fraudulento na execução do contrato;	Multa de 20% do valor do Contrato
g	comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;	Multa de 20% do valor do Contrato
h	praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Multa de 20% do valor do Contrato

7.16.2. Nos termos do art. 19, inciso III da IN n.º 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

7.16.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

7.16.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**7.17. Na aplicação das sanções serão considerados:**

7.17.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.17.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.17.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.17.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

7.18. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7.19. A aplicação das sanções será precedida de regular instrução de processo de responsabilização, constituído e conduzido em observância às regras dispostas nos arts. 157 a 161 da Lei n.º 14.133, de 2021, em regulamento interno do órgão e demais normativos aplicáveis aos processos de apuração, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

7.20. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf.

7.21. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao Sicaf e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do órgão, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

**7.22. Da liquidação**

7.22.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

7.22.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.22.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.22.3.1. O prazo de validade;

7.22.3.2. A data da emissão;

7.22.3.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

7.22.3.4. O período respectivo de execução do contrato;

7.22.3.5. O valor a pagar; e

7.22.3.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.22.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

7.22.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para

7.22.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.22.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.22.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.22.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.22.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**7.23. Do prazo de pagamento**

7.23.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

7.23.2. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento conforme a variação *pro rata tempore* do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, nos termos do art. 24 da IN

**7.24. Da forma de pagamento**

- 7.24.1. O pagamento será realizado mensalmente, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente, de acordo com as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.
- 7.24.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.24.3. As condições de pagamento desta contratação são similares às praticadas no setor privado.

**7.25. Antecipação de pagamento**

- 7.25.1. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

**8. DA FORMA E CRITÉRIOS PARA SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO****8.1. Da forma de seleção e do critério de julgamento da proposta**

- 8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Licitação, na modalidade Pregão, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento de **menor preço e a adjudicação por lote único**, em atenção art. 114, do Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023 e ao inciso I do art. 33 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 8.1.2. Serão desclassificadas as propostas que contiverem: vícios insanáveis; não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas neste Termo de Referência e/ou edital; apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação; não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável, conforme previsto no art. 59, incisos de I a V, da Lei n.º 14.133, de 2021.

**8.2. Do modo de disputa**

- 8.2.1. O modo de disputa adotado será o aberto, no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Distrital nº 44.330/2023.
- 8.2.2. A escolha do modo de disputa aberto justifica-se em razão de se tratar de contratação de serviço comum, padronizado e amplamente ofertado no mercado, característico do outsourcing de impressão, no qual os critérios técnicos são objetivos e os fornecedores possuem plena capacidade de formular lances competitivos em tempo real.
- 8.2.3. Ademais, o modo aberto amplia a transparência do certame, fomenta a competitividade, possibilita a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração e reduz o risco de sobrepreço, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e isonomia.

**8.3. Intervalo mínimo de lances**

O intervalo mínimo de diferença de valores entre lances de R\$ 1.000,00 (um mil reais) , em atenção ao art. 123 do Decreto 44.330/23, são os seguintes.

LOTE ÚNICO				
ITEM	CATSER	Tipo de Equipamento	Especificação	Quantidade
1	26778	Multifuncional	Color laser/LED A4 40 ppm	40
2	26743	Multifuncional	Monocromático laser/LED 40 ppm	160
3	26808	Multifuncional	Color laser/LED A3 30 ppm	5
4	26816	Impressões monocromáticas	A4	495.000/mês
5	26859	Impressões policromáticas	A4	19.600/mês
6	26832	Impressões monocromáticas	A3	8.000/mês
7	26875	Impressões policromáticas	A3	4.000/mês

**8.4. Do regime de execução**

- 8.4.1. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço unitário, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que a natureza do objeto envolve a prestação continuada de serviços de outsourcing de impressão com quantitativos estimados, sujeitos a variações de consumo ao longo da vigência contratual.
- 8.4.2. Tal regime permite o pagamento conforme a efetiva utilização dos serviços, assegura maior controle dos custos, preserva o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e proporciona maior vantajosidade à Administração, evitando desembolsos por volumes não realizados.

**8.5. Do tratamento favorecido, diferenciado e simplificado****8.5.1. Da cota reserva**

Quanto à previsão do benefício da Cota Reservada prevista na Lei Distrital n.º 4.611, de 9 de agosto de 2011, que regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, esclarecemos que tal proveito **não** se aplica à contratação almejada, tendo em vista

- 8.5.1.1. O benefício não se aplica à contratação pois o objeto consiste na prestação continuada de serviços de outsourcing de impressão, com fornecimento de equipamentos, insumos, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado.
- 8.5.1.2. Trata-se de solução integrada e operacionalmente indivisível, cuja execução exige estrutura logística permanente, capacidade de reposição imediata



de suprimentos, parque tecnológico compatível com o volume contratado e equipe técnica qualificada, características que, em regra, inviabilizam o fracionamento do objeto ou a reserva de cotas sem prejuízo à eficiência, à continuidade dos serviços e à economicidade da contratação.

8.5.1.3. Dessa forma, a aplicação da cota reservada poderia comprometer a adequada execução contratual, a padronização dos serviços e o atendimento das necessidades institucionais, razão pela qual se afasta sua incidência, em observância aos princípios da eficiência, da vantajosidade e do interesse público.

#### 8.5.2. **Da licitação exclusiva**

8.5.2.1. Em observância aos arts. 25, da Lei n.º 4.611, de 2011, e 7º, do Decreto Distrital n.º 35.592, de 2014, não há itens destinados a participação **Exclusiva** das entidades preferenciais, pois nenhum atende ao valor máximo de R\$ 80.000,00.

8.5.2.2. O benefício não se aplica à contratação pois o objeto consiste na prestação continuada de serviços de outsourcing de impressão, com fornecimento de equipamentos, insumos, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado.

8.5.2.3. Trata-se de solução integrada e operacionalmente indivisível, cuja execução exige estrutura logística permanente, capacidade de reposição imediata de suprimentos, parque tecnológico compatível com o volume contratado e equipe técnica qualificada, características que, em regra, inviabilizam o fracionamento do objeto ou a reserva de cotas sem prejuízo à eficiência, à continuidade dos serviços e à economicidade da contratação.

#### 8.5.3. **Regras de preferência - Decreto 7.174/2010**

Art. 5º Será assegurada preferência na contratação, nos termos do disposto no [art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991](#), para fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:

I - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB), na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II - bens e serviços com tecnologia desenvolvida no País; e

III - bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Executivo Federal.

Parágrafo único. As microempresas e empresas de pequeno porte que atendam ao disposto nos incisos do **caput** terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.

Para locação de impressoras / outsourcing não se aplica diretamente, pois trata-se de serviço, não fornecimento de bem isolado, com foco em execução continuada e não na origem do equipamento.

#### 8.6. **Do consórcio e subcontratação**

8.6.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que os materiais a serem adquiridos são amplamente comercializados por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

8.6.2. Pelo mesmo fato, não há motivos para se admitir a subcontratação, para gerar outros instrumentos contratuais e consequentemente outras atribuições à administração pública. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.

#### 8.7. **Da participação de cooperativas**

Opta-se por vedar a participação de cooperativas na presente contratação, considerando que o objeto envolve prestação continuada de serviços técnicos especializados com necessidade de disponibilidade permanente, atendimento a níveis mínimos de serviço (SLA), suporte técnico estruturado e responsabilidade operacional integral.

A execução contratual exige organização empresarial típica, com gestão centralizada, responsabilidade técnica direta, controle operacional contínuo e estrutura logística permanente, características que podem não se compatibilizar com o modelo cooperativista, especialmente quando há risco de caracterização de intermediação irregular de mão de obra.

A restrição fundamenta-se na necessidade de garantir a adequada execução contratual, a segurança jurídica da Administração e a mitigação de riscos trabalhistas, em observância aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público e do interesse público

#### 8.8. **Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

##### 8.8.1. **Habilitação jurídica**

8.8.1.1. Registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual;

8.8.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.8.1.3. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.8.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

##### 8.8.2. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.8.2.1. Registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

8.8.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.8.2.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante;

8.8.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais, inclusive contribuições previdenciárias, e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil (Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2014);

8.8.2.5. Para as empresas com sede e/ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela receita da fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br) (inteligência do art. 173, da LODF);

8.8.2.6. Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

8.8.2.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao).

##### 8.8.3. **Da qualificação Econômico-Financeira**

8.8.3.1. Certidão Negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

8.8.3.2. Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

8.8.3.3. As empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

8.8.3.4. As empresas constituídas há menos de 2 (dois) anos poderão apresentar o balanço do último exercício;

8.8.3.5. A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

LG = -----

PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

ATIVO CIRCULANTE

LC = -----

PASSIVO CIRCULANTE

ATIVO TOTAL

SG = -----

PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

- 8.8.4. Declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento dos índices econômicos previstos no item anterior;
- 8.8.5. As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item/grupo de itens cotado constante deste Termo de Referência.
- 8.8.6. Justificativa para as exigências

A natureza do contrato demanda investimento inicial relevante e a remuneração, por outro lado, ocorre de forma parcelada e vinculada ao consumo mensal, por isso, faz-se necessária a comprovação de capital de giro para reposição contínua de suprimentos e manutenção da estrutura operacional, solidez econômico-financeira da licitante, de modo a mitigar riscos de inadimplemento, descontinuidade do serviço ou incapacidade de cumprir as obrigações contratuais.

As exigências fixadas observam os limites legais, são proporcionais à complexidade e ao porte da contratação e não configuram restrição indevida à competitividade, estando alinhadas aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da seleção da proposta mais vantajosa. Têm por finalidade assegurar que a futura contratada possua capacidade financeira suficiente para executar adequadamente o objeto, consistente na prestação continuada de serviços de outsourcing de impressão, com fornecimento de equipamentos, insumos, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e atendimento a níveis mínimos de serviço (SLA).

8.8.7. **Qualificação técnica**

- 8.8.7.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

- 8.8.8. Comprovação de aptidão para a execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- 8.8.9. Para fins de comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- 8.8.9.1. Execução de serviços de outsourcing de impressão com gestão de, no mínimo, 40 % do quantitativo estimado nesta contratação, com operação simultânea de parque com, no mínimo, 80 equipamentos e duzentos mil cópias por mês, por período consecutivo não menor que 12 meses e fornecimento contínuo de insumos e manutenção preventiva e corretiva, exceto papel.

- 8.8.10. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

- 8.8.11. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

- 8.8.12. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

- 8.8.13. A contratação envolve prestação continuada de serviços de outsourcing de impressão, com fornecimento, instalação, configuração e manutenção de equipamentos, reposição de suprimentos, suporte técnico especializado e cumprimento de níveis mínimos de serviço (SLA), demandando organização operacional estruturada, logística eficiente e gestão contínua do parque tecnológico por meio de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado de experiência prévia da licitante na execução de serviços de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, mitigando riscos de inexecução, descontinuidade ou falhas na prestação dos serviços. As exigências fixadas fundamentam-se nos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, são proporcionais à complexidade e ao porte da contratação e não configuram restrição indevida à competitividade, estando alinhadas aos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da seleção da proposta mais vantajosa.

9. **DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 9.1. O valor total estimado da contratação foi apurado conforme tabela a seguir:

LOTE ÚNICO						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	TOTAL ESTIMADO(R\$)
1	26778	Multifuncional laser/LED policromática (A4)	UNIDADE	40	190,000	7.600,000
2	26743	Multifuncional laser/LED monocromática (A4)	UNIDADE	160	91,960	14.713,600
3	26808	Multifuncional laser/LED color (A3 )	UNIDADE	5	518,110	2.590,550
4	26816	Impressões monocromáticas (A4)	UNIDADE	495.000	0,050	24.750,000
5	26859	Impressões policromáticas (A4)	UNIDADE	19.600	0,200	3.920,000
6	26832	Impressões monocromáticas (A3)	UNIDADE	8.000	0,200	1.600,000
7	26875	Impressões policromáticas (A3)	UNIDADE	4.000	0,420	1.680,000
<b>Total Mensal</b>						<b>R\$ 56.854,150</b>
<b>Total 36 meses</b>						<b>R\$ 2.046.749,400</b>

- 9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

- 9.3. A presente contratação não se enquadra como solução de Tecnologia da Informação e Comunicação para fins de submissão ao PMC-TIC, tratando-se de serviço comum com fornecimento de equipamentos, sem desenvolvimento ou aquisição de software estratégico.

- 9.4. **Divulgação do orçamento da licitação**

9.4.1. Considerando a necessidade de assegurar a transparência do processo licitatório, bem como incentivar os licitantes a apresentarem preços compatíveis com o mercado, o custo estimado da presente contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público no ato da publicação do instrumento convocatório, em observância ao artigo 24 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

10. **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados nas Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal.

10.2. A estimativa do impacto no orçamento para o ano corrente e os dois anos subsequentes e os demais anos até o final da execução contratual e cronograma financeiro está detalhada a seguir:

Cronograma Físico Financeiro							
2026		2027		2028		2029	
		01/01/2027	R\$ 56.854,15	01/01/2028	R\$ 56.854,15	01/01/2029	R\$ 56.854,15
		01/02/2027	R\$ 56.854,15	01/02/2028	R\$ 56.854,15	01/02/2029	R\$ 56.854,15
		01/03/2027	R\$ 56.854,15	01/03/2028	R\$ 56.854,15	01/03/2029	R\$ 56.854,15
		01/04/2027	R\$ 56.854,15	01/04/2028	R\$ 56.854,15	01/04/2029	R\$ 56.854,15
		01/05/2027	R\$ 56.854,15	01/05/2028	R\$ 56.854,15	01/05/2029	R\$ 56.854,15
01/06/2026	R\$ 56.854,15	01/06/2027	R\$ 56.854,15	01/06/2028	R\$ 56.854,15	01/06/2029	
01/07/2026	R\$ 56.854,15	01/07/2027	R\$ 56.854,15	01/07/2028	R\$ 56.854,15	01/07/2029	
01/08/2026	R\$ 56.854,15	01/08/2027	R\$ 56.854,15	01/08/2028	R\$ 56.854,15	01/08/2029	
01/09/2026	R\$ 56.854,15	01/09/2027	R\$ 56.854,15	01/09/2028	R\$ 56.854,15	01/09/2029	
01/10/2026	R\$ 56.854,15	01/10/2027	R\$ 56.854,15	01/10/2028	R\$ 56.854,15	01/10/2029	
01/11/2026	R\$ 56.854,15	01/11/2027	R\$ 56.854,15	01/11/2028	R\$ 56.854,15	01/11/2029	
01/12/2026	R\$ 56.854,15	01/12/2027	R\$ 56.854,15	01/12/2028	R\$ 56.854,15	01/12/2029	
Total	R\$ 397.979,05		R\$ 682.249,80		R\$ 682.249,80		R\$ 284.270,75
<b>Total 36 meses (prazo contratual)</b>					<b>R\$ 2.046.749,40</b>		

O Pagamento será realizado mês a mês, após a liquidação do serviço prestado pelo gestor contratual, a partir da emissão da Nota Fiscal pela contratada, conforme cronograma acima.

11. **DO REAJUSTE**

11.1. Conforme o artigo 24 da IN n.º 94, de 2022, recepcionada no Distrito Federal pelo Decreto Distrital n.º 44.330, de 2023, será admitido o REAJUSTE do valor do contrato, com base no Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a contar da data do orçamento estimado.

12. **DOS ANEXOS**

- 12.1. São partes integrantes deste Termo de Referência, os seguintes anexos:
- 12.1.1. ANEXO I - ANEXO - TERMO DE CIÊNCIA
  - 12.1.2. ANEXO II - ANEXO - ATESTADO DE VISTORIA
  - 12.1.3. ANEXO III - ANEXO - ATESTADO DE ABSTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA
  - 12.1.4. ANEXO IV - ANEXO - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA
  - 12.1.5. ANEXO V - ANEXO - ANEXO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CORPORATIVO
  - 12.1.6. ANEXO VI - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO, MANUTENÇÃO DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

13. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

O presente Termo de Referência foi elaborado em harmonia com a IN n.º 94, de 2022, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades apresentadas pela Área Demandante. Além disso, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, os riscos envolvidos são administráveis.

Equipe de Planejamento da Contratação		
Integrante Técnico	Integrante Requisitante	Integrante Administrativo
ALESSANDRO ALVES ROCHA 1302-1 Analista em Atividade de Trânsito	LUCIANO RIBEIRO BARNABÉ 196.386-4 Gerente de Suporte Geral e Operação de Rede	ISRAEL BARBOSA FRITZ 9938 Analista em Atividade de Trânsito

14. **AUTORIDADE COMPETENTE DA ÁREA DE TIC**

**Waldir da Silva Ferreira Júnior**  
**Diretor de Tecnologia da Informação de Comunicação - DIRTEC**  
**matrícula: 256.634-6**

15. **DA APROVAÇÃO**

Considerando os termos da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022, APROVO o presente Termo de Referência e ratifico a veracidade de todas as informações exaradas, assim como afirmo a ausência de direcionamento do objeto em tela.

**Waldir da Silva Ferreira Júnior**  
**Diretor de Tecnologia da Informação de Comunicação - DIRTEC**  
**matrícula: 256.634-6**

**ANEXO - TERMO DE CIÊNCIA**

**PAPEL TIMBRADO**  
**DADOS DA EMPRESA**

Razão Social:  
CNPJ (MF) nº:  
Endereço:  
Cidade/UF:

CEP:

Introdução			
O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos colaboradores da CONTRATADA diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão.			
No caso de substituição ou inclusão de colaboradores da CONTRATADA, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos colaboradores envolvidos na execução dos serviços contratados.			
Identificação			
Contrato			
Objeto			
Contratada		CNPJ	
Preposto		CPF	
Gestor do Contrato		Matr.	
Ciência			
Por este instrumento, os colaboradores abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da CONTRATANTE.			
Colaboradores da CONTRATADA			
Nome do colaborador	CPF	Assinatura	

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Carimbo e Assinatura do Responsável/Representante da Empresa  
(Nome legível)  
CPF nº

ANEXO - ATESTADO DE VISTORIA

Atestamos para fins de comprovação em processo licitatório, referente ao Edital de Pregão Eletrônico n.º 00/202\_-, que o Sr(a), \_\_\_\_\_, portador do documento de Identificação Civil n.º \_\_\_\_\_, representante da empresa de Razão Social \_\_\_, CNPJ n.º \_\_\_ vistoriou nesta data as instalações físicas da < ... > visando obter subsídios para a proposta técnica e econômica da licitação em questão, e atesta que foram esclarecidas todas as dúvidas sobre a prestação dos serviços objeto desta licitação.

Endereço do Local da Vistoria:
1. Responsável pelo Termo de Vistoria:
Nome
Matrícula
Assinatura
2. Representante da Proponente:
Nome
Assinatura

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Carimbo e Assinatura do Responsável/Representante da Empresa  
(Nome legível)  
CPF nº

ANEXO - ATESTADO DE ABSTENÇÃO DE REALIZAÇÃO DE VISTORIA

PAPEL TIMBRADO  
DADOS DA EMPRESA

Razão Social:  
CNPJ (MF) nº:  
Endereço:  
Cidade/UF:  
CEP:

Atestamos para fins de comprovação em processo licitatório, referente ao Edital de Pregão Eletrônico n.º 00/202\_-, que abstivemo-nos de realizarmos vistoria e, assumimos

completa responsabilidade pelos imprevistos e problemas decorrentes do desconhecimento da realidade da , em razão de sua não realização. Representante da Proponente  
Assinatura:

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Carimbo e Assinatura do Responsável/Representante da Empresa  
(Nome legível)  
CPF nº

ANEXO - MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA

LOTE ÚNICO						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	26778	Multifuncional laser/LED policromática (A4)	UNIDADE	40		
2	26743	Multifuncional laser/LED monocromática (A4)	UNIDADE	160		
3	26808	Multifuncional laser/LED color (A3 )	UNIDADE	5		
4	26816	Impressões monocromáticas (A4)	UNIDADE	495.000		
5	26859	Impressões policromáticas (A4)	UNIDADE	19.600		
6	26832	Impressões monocromáticas (A3)	UNIDADE	8.000		
7	26875	Impressões policromáticas (A3)	UNIDADE	4.000		
Total Mensal						
Total 36 meses						

Cidade/UF, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Carimbo e Assinatura do Responsável/Representante da Empresa  
(Nome legível)  
CPF nº

ANEXO - MODELO DE TERMO DE CONFIDENCIALIDADE CORPORATIVO

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

2. O objeto deste termo é a proteção das INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS disponibilizadas pelo Detran-DF, em razão do contrato celebrado entre as partes.

#### 3. CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

4. Todas as informações técnicas obtidas através da execução do contrato celebrado entre o Detran-DF e a empresa contratada serão tidas como confidenciais.

5. PARÁGRAFO ÚNICO: Serão consideradas confidenciais, para efeito deste Termo, toda e qualquer informação disponibilizada pelo Detran-DF que, ainda que não estejam acobertadas pelo sigilo legal.

#### 6. CLÁUSULA TERCEIRA - DA RESPONSABILIDADE

7. Os empregados da Empresa Contratada se comprometem a manter sigilo, não utilizando tais informações confidenciais em proveito próprio ou alheio. Os empregados que detiverem os dados confidenciais incorrem nos mesmos deveres dos servidores públicos conforme estabelece o art. 327 do Código Penal.

8. PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Empresa Contratada deverá fornecer Termo de Confidencialidade dos funcionários que prestarão serviço ao Detran-DF, bem como atualizá-lo em caso de dispensa e nova contratação.

9. PARÁGRAFO SEGUNDO: O Detran-DF poderá exigir Termos de Confidencialidade individuais quando entender necessário.

#### 10. CLÁUSULA QUARTA – DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES

11. O dever de confidencialidade e sigilo previsto neste termo terá validade durante toda a vigência da execução contratual. A custódia das informações deverá obedecer aos padrões de segurança contratualmente estipulados.

#### 12. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

13. A contratada se obriga a:

14. Cumprir as disposições da Política de Segurança da Informação desta instituição; Usar tais informações apenas com o propósito de bem e fiel cumprir o objeto contratado; Manter o sigilo relativo às informações confidenciais e revelá-las apenas aos empregados cadastrados que tiverem necessidade de ter conhecimento sobre elas; Manter procedimentos administrativos adequados à prevenção de extravio ou perda de quaisquer documentos ou informações confidenciais, devendo comunicar à Contratante, imediatamente, a ocorrência de incidentes desta natureza, o que não excluirá sua responsabilidade.

15. PARÁGRAFO PRIMEIRO: A quebra do dever de sigilo e a violação das obrigações deste Termo sujeitarão o responsável à pena prevista no artigo 325 do Código Penal.

16. PARÁGRAFO SEGUNDO: Os funcionários da contratada deverão destruir todos e quaisquer documentos por eles produzidos que contenham informações confidenciais quando não mais for necessária a manutenção desses, comprometendo-se a não reter quaisquer reproduções, sob pena de incorrer nas responsabilidades previstas neste instrumento.

#### 17. CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

18. Ao assinar o presente instrumento, a Empresa Contratada manifesta sua concordância no seguinte sentido:

19. Todas as condições, termos e obrigações, ora constituídas, serão regidas pelo presente Termo, bem como pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes; O presente Termo só poderá ser alterado mediante a celebração de novo termo, posterior e aditivo; As alterações do número, natureza e quantidade das informações confidenciais disponibilizadas pela Contratada não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso ou as obrigações pactuadas neste Termo de Confidencialidade, que permanecerá válido e com todos os seus efeitos legais em qualquer das situações tipificadas neste instrumento; O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer das informações confidenciais conhecidas pelo funcionário, serão incorporadas a este Termo, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, não sendo necessária, nessas hipóteses, a assinatura ou formalização de Termo de Confidencialidade aditivo.

#### 20. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE

21. Este Termo tornar-se-á válido a partir da data de sua efetiva assinatura pelas partes, mantendo-se esse compromisso, inclusive, após o término da contratação.

#### 22. CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

23. A não-observância de quaisquer das disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitará a Empresa Contratada, por ação ou omissão de qualquer de seus agentes, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos comprovados pelo Detran- DF.

### ANEXO - MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO, MANUTENÇÃO DE SIGILO E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Pelo presente instrumento, a empresa [NOME DA EMPRESA CONTRATADA], inscrita no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO], neste ato representada por seu Representante Legal, Sr.(a) [NOME DO REPRESENTANTE], portador(a) do RG nº [NÚMERO] e CPF nº [NÚMERO], em decorrência do Contrato nº [NÚMERO/ANO], firmado com o DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL – DETRAN/DF, declara e assume o compromisso de conformidade com as cláusulas a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto deste termo é a proteção, a guarda e a manutenção do sigilo de todas as INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS disponibilizadas pelo Detran-DF, ou por ele acessadas, em razão da execução do objeto contratual.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

Todas as informações técnicas, dados pessoais, dados de veículos, credenciais de acesso, topologias de rede, códigos-fonte ou estratégias de segurança obtidas através da execução do contrato serão tidas como confidenciais.

- PARÁGRAFO ÚNICO: Serão consideradas confidenciais toda e qualquer informação disponibilizada pelo Detran-DF que, por sua natureza ou conteúdo, não deva ser de conhecimento público, ainda que não estejam explicitamente acobertadas por sigilo legal específico.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA RESPONSABILIDADE

A Contratada e seus empregados comprometem-se a manter sigilo absoluto, não utilizando tais informações confidenciais em proveito próprio ou alheio.

- **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os empregados da Contratada que detiverem ou acessarem dados confidenciais incorrem nos mesmos deveres dos servidores públicos, conforme estabelece o **art. 327 do Código Penal**.
- **PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Contratada deverá fornecer ao Detran-DF os Termos de Confidencialidade individuais assinados por seus funcionários, mantendo-os atualizados em caso de substituição de pessoal.
- **PARÁGRAFO TERCEIRO:** O Detran-DF poderá exigir Termos de Confidencialidade específicos para perfis de acesso privilegiado quando entender necessário.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES

O dever de confidencialidade e sigilo previsto neste termo terá validade durante toda a vigência da execução contratual e subsistirá após o seu término. A custódia das informações deverá obedecer aos padrões de segurança e criptografia contratualmente estipulados e às normas da Política de Segurança da Informação (PSI) do Detran-DF.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

A Contratada obriga-se a:

1. Cumprir integralmente as disposições da **Política de Segurança da Informação** do Detran-DF e as diretrizes da **LGPD (Lei nº 13.709/2018)**;
2. Usar as informações exclusivamente para o propósito de cumprir o objeto contratado;
3. Revelar informações confidenciais apenas aos empregados cadastrados que possuam real necessidade de conhecê-las;
4. Manter procedimentos administrativos e tecnológicos adequados à prevenção de extravio, vazamento ou perda de documentos;
5. Comunicar ao Detran-DF, **imediatamente e por escrito**, qualquer incidente de segurança ou suspeita de vazamento de dados.

- **PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A quebra do dever de sigilo sujeitará o responsável às penas previstas no **art. 325 do Código Penal** (Violação de sigilo funcional), sem prejuízo de sanções administrativas.
- **PARÁGRAFO SEGUNDO:** Ao término da necessidade de uso, a Contratada deverá destruir ou devolver todos os documentos e mídias que contenham informações confidenciais, não retendo quaisquer cópias ou reproduções.

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

A Contratada manifesta concordância de que o acréscimo, complementação ou substituição de qualquer informação confidencial no decorrer do contrato será automaticamente incorporado a este Termo, recebendo a mesma proteção, independentemente da assinatura de aditivos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VALIDADE

Este Termo torna-se válido a partir da data de sua assinatura, mantendo-se vigente por tempo indeterminado no que tange ao dever de sigilo, mesmo após a extinção do vínculo contratual principal.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

A não observância de quaisquer das disposições estabelecidas neste instrumento sujeitará a Empresa Contratada ao pagamento de perdas e danos e à recomposição de prejuízos causados ao Detran-DF ou a terceiros, além das multas contratuais previstas no Edital.

### ANEXO B (do Edital)

#### MODELOS DE DECLARAÇÕES

##### 1. DECLARAÇÃO PARA OS FINS DO DECRETO N.º 39.860/2019

Pregão Eletrônico nº./2026 Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa, inscrita no CNPJ sob o n.º

, sediada no endereço, telefone n.º, por intermédio do seu representante legal Sr(a)., portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, DECLARA que não incorre nas vedações previstas no art. 14

da Lei nº 14.133 de 2021, e no art. 1º do Decreto nº 39.860 de 2019. Essa declaração é a expressão da verdade, sob as penas da lei.

.....  
(Local data)

.....  
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

##### 2. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL N.º 4.770/2012

Pregão Eletrônico nº./2026 Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº

, sediada no endereço, telefone/fax nº, por intermédio do seu representante legal Sr(a)., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que receberá, sem nenhum custo para o Detran-DF, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto da Dispensa Eletrônica nº /2024 - Departamento de Trânsito do Distrito Federal, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e o tratamento adequados de objetos e resíduos.



Brasília (DF), de de .

.....  
(representante)

### 3. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N.º 13.709/2018

Pregão Eletrônico nº/2026 Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº

, sediada no endereço, telefone/fax nº, por intermédio do seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA que:

1. Tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na referida legislação, com intuito de proteção dos dados pessoais repassados pelo DETRAN/DF.
2. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
3. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018, sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do edital/instrumento contratual.
4. Tem ciência que poderá responder administrativa e/ou judicialmente, em caso de causar danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.
5. Está ciente e de acordo que o DETRAN/DF, para a execução do serviço ou aquisição objeto deste edital, tenha acesso aos dados pessoais dos representantes do FORNECEDOR/CONTRATADO, tais como: número do CPF e do RG, endereço eletrônico, cópia do documento de identificação, entre outros que possam ser exigidos para a execução contratual.
6. Possui conhecimento de que o FORNECEDOR/CONTRATADO fica obrigada a comunicar ao DETRAN/DF, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, ocorridos durante o prazo contratual, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Brasília (DF), de de .

ASSINATURA E NOME LEGÍVEL DA PESSOA FÍSICA/JURÍDICA (SÓCIO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA)

### 4. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 429 DA CLT

Pregão Eletrônico nº/2026 Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº

, sediada no endereço, telefone ( ), por intermédio do seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA sob as penas da Lei, que cumpre a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

.....  
(Local data)

.....  
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

### 5. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO VI DO ART. 68 DA LEI Nº 14.133/21

Pregão Eletrônico nº/2026 Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº

, sediada no endereço, telefone ( ), por intermédio do seu representante legal Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

.....  
(Local data)

.....  
(representante)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## 6. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL N.º 4.799/2012

Pregão Eletrônico nº /20\_- Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que atende ou que atenderá durante a vigência do contrato ao disposto na Lei Distrital 4.799, de 29 de março de 2012, para a contratação referente ao objeto do Pregão Eletrônico nº /20\_- Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Brasília, de de 20 .

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## 7. DECLARAÇÃO PARA ATENDIMENTO À LEI DISTRITAL N.º 6.128/2018

Pregão Eletrônico nº /20\_- Departamento de Trânsito do Distrito Federal

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal, Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto na Lei Distrital 6.128, de 1º de março de 2018, que será oportunizado o preenchimento de 2% de vagas de trabalho a serem destinadas a pessoas em situação de rua, para a contratação objeto do Pregão Eletrônico nº /20\_- Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

Brasília, de de 20 .

\_\_\_\_\_  
Representante legal da Empresa

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

### ANEXO C (do Edital)

TABELA DE PREÇO MÁXIMO ADMISSÍVEL

LOTE ÚNICO						
ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	TOTAL ESTIMADO(R\$)
1	26778	Multifuncional laser/LED policromática (A4)	UNIDADE	40	190,000	7.600,000
2	26743	Multifuncional laser/LED monocromática (A4)	UNIDADE	160	91,960	14.713,600
3	26808	Multifuncional laser/LED color (A3)	UNIDADE	5	518,110	2.590,550
4	26816	Impressões monocromáticas (A4)	UNIDADE	495.000	0,050	24.750,000
5	26859	Impressões policromáticas (A4)	UNIDADE	19.600	0,200	3.920,000
6	26832	Impressões monocromáticas (A3)	UNIDADE	8.000	0,200	1.600,000
7	26875	Impressões policromáticas (A3)	UNIDADE	4.000	0,420	1.680,000
Total Mensal						R\$ 56.854,150
Total 36 meses						R\$ 2.046.749,400

### ANEXO D (do Edital)

#### MINUTA DE CONTRATO

\* MINUTA DE DOCUMENTO

**DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL**

Processo Administrativo nº 00055-XXXXX/20xx-xx

Contrato de XXXXX nº XX/20XX

O DISTRITO FEDERAL, por intermédio do DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF, autarquia distrital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.475.855/0001-79, com sede na SEPS 713/913 BLOCO D - Bairro ASA SUL - CEP 70390-135, neste ato representado pelo seu Diretor-Geral, XXXXXX, CPF nº XXXXX, CI nº XXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) [NOME DA EMPRESA], inscrito(a) no CNPJ sob o nº [00.000.000/0000-00], sediado(a) em [Endereço Completo], doravante designado **CONTRATADA**, representado(a) por [Nome do Representante], CPF nº [000.000.000-00], resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento na **Lei Federal nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, no **Decreto Distrital nº 44.330**, de 16 de março de 2023, e demais normas aplicáveis, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 00055-00133309/2025-24** e o **resultado do Pregão Eletrônico nº \_/2026**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (ART. 92, I E II)**

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços continuados de outsourcing de impressão e digitalização, contemplando a disponibilidade de equipamentos multifuncionais, incluindo implantação, capacitação, manutenção, bilhetagem e fornecimento de insumos (exceto papel), conforme as especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência de Contratação de TIC - Serviços - IN 94/2022(XXXXXXX) e na proposta da CONTRATADA (XXXXXXX).

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT/CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Multifuncional Color laser/LED A4 40 ppm	26778	Unidade	40	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
2	Multifuncional Monocromática Laser/LED – 40 ppm	26743	Unidade	160	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
3	Multifuncional Colorida Laser/LED (A3) – 30 ppm	26808	Unidade	5	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
4	Impressões Monocromáticas (A4)	26816	Página	495.000	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
5	Impressões Policromáticas (A4)	26859	Página	19.600	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
6	Impressões Monocromáticas (A3)	26832	Página	8.000	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX
7	Impressões Policromáticas (A3)	26875	Página	4.000	R\$ XXX,XX	R\$ XXX,XX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência de Contratação de TIC - Serviços - IN 94/2022 (XXXXXX);

1.3.2. O Edital da Licitação (xxxx);

1.3.3. A Proposta do contratado (xxxx);

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **36 (trinta e seis) meses** contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

2.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.1.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.1.4. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (ART. 92, IV, VII E XVIII)**

3.1. **Modelo de Execução e Níveis de Serviço (SLA):** Os serviços serão executados por meio de Ordens de Serviço (OS), observando-se rigorosamente os seguintes prazos e níveis de disponibilidade estabelecidos no item 6.2 do Termo de Referência:

3.1.1. **Criticidade 1 (Atendimento Cidadão/Gestão Superior):** A CONTRATADA deverá garantir a reposição de insumos em até **04 (quatro) horas úteis** e a manutenção ou substituição de equipamentos em até **08 (oito) horas úteis** após o atendimento inicial.

3.1.2. **Criticidade 2 (Público Interno/Gerências):** A CONTRATADA deverá garantir a reposição de insumos em até **04 (quatro) horas úteis** e a manutenção ou substituição de equipamentos em até **10 (dez) horas úteis** após o atendimento inicial.

3.1.3. **Criticidade 3 (Demais Unidades):** A CONTRATADA deverá garantir a reposição de insumos em até **06 (seis) horas úteis** e a manutenção ou substituição de equipamentos em até **12 (doze) horas úteis** após o atendimento inicial.

3.1.4. O regime de atendimento será de 10 (dez) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana, com registro de chamados das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira, exceto feriados.

3.2. **Modelo de Gestão e Instrumento de Medição de Resultado (IMR):** O contrato será gerido pela equipe de fiscalização nomeada pelo DETRAN/DF, que utilizará o IMR para avaliar o desempenho da CONTRATADA.

- 3.2.1. O principal indicador será o **IAP (Indicador de Atendimento aos Prazos)**
- 3.2.2. A inobservância dos níveis de serviço gerará ajustes no pagamento mensal (glosas), sem prejuízo das sanções administrativas, conforme a seguinte escala de conformidade:
- **IAP >= 90%:** sem descontos sobre o valor da fatura mensal;
  - **80% <= IAP < 90%:** 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal;
  - **70% <= IAP < 80%:** 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal;
  - **IAP < 70%:** 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.
- 3.3. **Recebimento e Aceite:**
- 3.3.1. **Recebimento Provisório:** Realizado em até 05 (cinco) dias pelos fiscais técnico e administrativo após a comunicação de cobrança e relatório de atividades.
- 3.3.2. **Recebimento Definitivo:** Efetuado no prazo de 05 (cinco) dias contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade e conformidade integral do objeto.
4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**
- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, conforme estabelecido no item 8.6.2 do Termo de Referência, tendo em vista a necessidade de responsabilidade direta e integral da CONTRATADA pela execução de serviços de natureza crítica e essencial.
5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (ART. 92, V)**
- 5.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ XXX.XXX,XX** (valor por extenso), perfazendo o valor total de **R\$ XXX.XXX,XX** (valor por extenso) para o período de 36 meses.
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
- 5.4. As despesas correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Distrito Federal.
6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (ART. 92, V E VI)**
- 6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA é de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, devidamente atestada pelo fiscal do contrato.
- 6.2. O pagamento está condicionado ao Recebimento Definitivo do objeto, que ocorrerá após a verificação da conformidade dos serviços com os níveis de serviço (IMR) e demais exigências do Termo de Referência.
- 6.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da prova de regularidade fiscal perante:
- A Fazenda Nacional (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);
  - O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS);
  - A Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT);
  - A Fazenda Pública do Distrito Federal.
- 6.4. Os pagamentos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente junto ao **Banco de Brasília S/A - BRB**, conforme normas distritais vigentes.
- 6.5. O CONTRATANTE poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos do contrato.
- 6.6. Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira ou irregularidade fiscal/trabalhista da CONTRATADA, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou encargos por mora.
7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (ART. 92, V)**
- 7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 30/03/2026.
- 7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.
8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (ART. 92, X, XI E XIV)**
- 8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência:
- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria-Geral do Distrito Federal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

- 8.1.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.1.11. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, do recebimento da solicitação.
- 8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.1.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (ART. 92, XIV, XVI E XVII)**

- 9.1. São obrigações da Contratada, além das previstas no Termo de Referência:
- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- 9.2.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.2.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 9.2.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.2.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante;
- 9.2.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.2.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização, até o dia trinta do mês seguinte, a prova de regularidade com Seguridade Social, Fazenda Federal, Fazenda Distrital, FGTS e CNDT;
- 9.2.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 9.2.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos;
- 9.2.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança;
- 9.2.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto;
- 9.2.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;
- 9.2.13. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos;
- 9.2.14. Não permitir a utilização de trabalho infantil ou de menores em condições perigosas, insalubres ou noturnas (conforme CF/88);
- 9.2.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.2.16. Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz (art. 116 da Lei 14.133/21);
- 9.2.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;
- 9.2.19. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica **nas dependências do DETRAN/DF, em todas as suas unidades situadas no Distrito Federal;**

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE**

- 11.1. Conforme disposto na Lei nº 6.112/2018, alterada pela Lei nº 6.308/2019, e regulamentada no âmbito do Distrito Federal pelo Decreto Distrital nº 40.388/2020, é obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2020, o adjudicatário após a assinatura do CONTRATO, deverá implantar o Programa de Integridade no âmbito de sua pessoa jurídica.

- 11.1.1. Para efetiva implantação do Programa de Integridade, os custos ou despesas resultantes correm à conta da empresa CONTRATADA, não cabendo ao

órgão CONTRATANTE o seu ressarcimento.

11.1.2. Em caso de descumprimento da exigência prevista, será aplicada à empresa CONTRATADA:

i) multa de 0,08%, por dia, incidente sobre o valor atualizado do CONTRATO, sendo que o montante correspondente à soma dos valores básicos da multa é limitada a 10%, do valor do CONTRATO;

11.1.2.1. O não cumprimento da obrigação implicará:

i) inscrição em dívida ativa, em nome da pessoa jurídica sancionada;

ii) sujeição a rescisão unilateral da relação contratual, a critério do órgão ou entidade CONTRATANTE;

iii) impedimento de contratar com a administração pública do Distrito Federal, de qualquer esfera de poder, até a efetiva comprovação de implementação do Programa de Integridade, sem prejuízo do pagamento da multa aplicada.

11.1.3. Caso a empresa possua o programa implantado, deverá apresentar, no momento da contratação, declaração informando a sua existência.

11.1.4. A implementação do Programa de Integridade limita-se aos contratos com valor global igual ou superior ao que consta na tabela atualizada, publicada pelo Gabinete da Controladoria-Geral do Distrito Federal - CGDF e, aplica-se em sua plenitude às pessoas jurídicas que firmem relação contratual com prazo de validade ou de execução igual ou superior a 180 dias.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - GARANTIA DE EXECUÇÃO (ART. 92, XII)**

12.1. O contratado apresentará, no prazo máximo de **10 (dez)** dias, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária ou seguro-garantia, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

12.2. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.3. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por **90 (noventa)** dias após o término da vigência contratual, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

12.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

12.5. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.6 deste contrato.

12.6. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

12.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

12.7.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

12.7.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

12.7.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

12.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.7, observada a legislação que rege a matéria.

12.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

12.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

12.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

12.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

12.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **05 (cinco)** dias úteis, contados da data em que for notificada.

12.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

12.14.1. o emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.14.2. caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

12.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

12.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

12.17. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

12.18. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

12.18.1. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ART. 92, XIV)**

13.1. A contratada se submete ao disposto nos artigos 155 até 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.3. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

alin. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

alin. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

alin. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

alin. **Multa:**

1. Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado, incidente sobre o valor da parcela inadimplida, limitada a 10% (dez por cento) do respectivo valor;
2. Moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato até o máximo de **10% (dez por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia. (i) O atraso superior a **20 dias** autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de **20% (vinte por cento)** do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de **20% (vinte por cento)** do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de **10% (dez por cento)** do valor do Contrato
6. Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de **2% (dois por cento)** do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de **5% (cinco por cento)** do valor do Contrato.

13.4. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.5. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.5.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

13.5.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar. 12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21. 12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (ART. 92, XIX)**

14.1. item. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

14.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

14.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

14.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (ART. 92, VIII)**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Distrito Federal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: XXX

II. Fonte de Recursos: xxx



III. Programa de Trabalho: 06122600185179632

IV. Elemento de Despesa: 339040

V. Plano Interno: TICMAN0001

VI. Nota de Empenho: xxxx

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (ART. 92, III)**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES**

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

17.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Sistema e-contratos DF e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO (ART. 92, §1º)**

19.1. Fica eleito o Foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

20.1. Fica proibido o uso de mão de obra infantil, conforme disposto na Lei nº 5.061/2013.

20.2. Nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, conforme o caso.

20.3. Decreto-DF nº 32.767/2011, que estipula que os pagamentos às empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, referentes a créditos de valores iguais ou superiores a R\$5.000,00, serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A- BRB.

20.4. Fica proibido o uso ou emprego de conteúdo discriminatório contra a mulher, homofóbico, racista ou sexista, nos termos da Lei Distrital nº 5.448/2015.

20.5. A CONTRATADA fica obrigada a comprovar mensalmente a regularidade no atendimento às suas obrigações de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária relativas a seus empregados, nos termos da Lei Distrital nº 5.087/2013.

20.6. Lei-DF nº 4.770/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental.

20.7. Lei-DF nº 5.575/2015, que determina que as súmulas dos contratos devem ser publicadas no Portal da Transparência.

20.8. Caso a CONTRATADA possua 100 (cem) ou mais empregados, fica obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) de seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas, na proporção estabelecida pela Lei Distrital nº 3.985/2007.

20.9. Lei-DF nº 6.679/2020, que determina como condição para assinatura de contrato, a comprovação ou o compromisso de adoção de mecanismos para garantir a equidade salarial entre homens e mulheres.

20.10. Decreto-DF nº 46.174/2024, que dispõe sobre a Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral e Sexual no âmbito da administração direta e indireta do Distrito Federal.

20.11. Decreto-DF nº 32.751/2011, que trata da vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal.

20.12. Decreto-DF 39.620/2019, que versa sobre a análise prévia dos pagamentos pela unidade de controle interno.

20.13. Lei-DF nº 4.799/2012, que institui a obrigatoriedade do fornecimento de plano de saúde aos funcionários das empresas prestadoras de serviço contratadas pela Administração Pública direta e indireta no âmbito do Distrito Federal.

20.14. Caso a CONTRATADA possua mais de 20 (vinte) funcionários, obriga-se a oferecer-lhes, diretamente ou por convênio, curso de alfabetização ou de complementação do ensino fundamental, nos termos da Lei Distrital nº 5.847/2017.

20.15. Caso este contrato suceda outro para a prestação do mesmo serviço, a CONTRATADA se obriga ao aproveitamento dos empregados vinculados à empresa antecessora, nos termos da Lei Distrital nº 4.794/2012.

20.16. A CONTRATADA se obriga a fornecer aos empregados plano de saúde, conforme o caso e nos termos da Lei Distrital nº 4.799/2012.

20.17. Fica estabelecido o canal da Ouvidoria de Combate à Corrupção da Controladoria Geral do Distrito Federal (Telefone: 0800-644-9060) para comunicação de eventuais irregularidades, conforme Decreto Distrital nº 34.031/2012.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento.

Brasília, XX de XXXXXX de 2026.

Pelo DETRAN/DF:

XXXXXX

DIRETOR-GERAL - DETRAN/DF

Pela Contratada:

XXXXXX

XXXXXXXXX



Documento assinado eletronicamente por **MARCU ANTÔNIO DE SOUZA BELLINI - Matr.1724906-6, Diretor(a)-Geral do Departamento de Trânsito do Distrito Federal**, em 05/05/2026, às 15:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **201882806** código CRC= **B0ED53AB**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"  
SEPS 713/913 BLOCO D - Bairro ASA SUL - CEP 70390-135 -  
Telefone(s): 3448 5007  
Site - [www.detran.df.gov.br](http://www.detran.df.gov.br)

00055-00133309/2025-24

Doc. SEI/GDF 201882806